

Deputado Wellington Landim

Em Defesa do Desenvolvimento Regional

Artigos & Pronunciamentos



Fortaleza - Ceará

2001

Copyright - © 2000 by INESP
Coordenação: Jornalista Luciano Luque
Diagramação: José Mário Giffoni Barros
Ilustração da Capa: Lucas Santos
Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP
Revisão: Tereza Porto Sequeira

Catálogo na fonte por Norma Marques David de Souza

Landim, Welington
L253d Em Defesa do Desenvolvimento Regional:
Artigos & Pronunciamentos / Welington Landim.
_Fortaleza: INESP, 2001.
146p.
ISBN: 85-87764-21-7

Artigos & Pronunciamentos do Deputado e
Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará.

1 – Artigos - Pronunciamentos 2 – Política

CDD 809.51

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP
Av. Pontes Vieira 2391, Dionisio Torres,
Fone/fax (0xx85)277-2914 CEP - 60.130-241
Fortaleza-Ce.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

Ao homem público cabe refletir sobre as mais variadas questões que afetam sua comunidade. Esse exercício de análise se enquadra entre os deveres dos que detêm mandatos populares, sendo de fundamental importância que o pensamento dos gestores públicos, a sua visão sobre temas fundamentais para o nosso meio, se tornem do conhecimento geral.

Daí ser oportuno o lançamento do presente trabalho - "Em Defesa do Desenvolvimento Regional" - que transcreve as concepções do Deputado Welington Landim sobre alguns dos assuntos mais polêmicos da atualidade cearense. O livro vai mais longe e é quase perene, sendo portanto o veículo ideal para transportar e multiplicar os efeitos da vigorosa mensagem desse parlamentar, a quem cabe, hoje, presidir a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Welington Landim debruça-se, por diversas vezes, em artigos e discursos, sobre temas de capital importância, como o da transposição das águas do rio São Francisco para aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. E o faz com total convicção, apoiado em argumentos sólidos, que assinalam de forma inequívoca ser aquela obra o ponto de partida para a redenção do Nordeste. O Deputado lança também um olhar atento ao seu Cariri natal, onde perscruta desde as boas perspectivas de industrialização daquela região até o enfrentamento de problemas crônicos, como a preocupante incidência de casos de hanseníase em alguns dos principais municípios caririenses.

Em seu discurso de lançamento do Ciclo de Debates Utopia XXI, Welington Landim externa a convicção - que eu serenamente avalizo e compartilho - de que se faz necessário o envolvimento das universidades no processo de construção

coletiva de uma nova sociedade, a partir da reflexão e da proposta de alternativas, "para enfrentarmos os desafios de diferentes matizes com os quais hoje nos deparamos". Atento a tudo o que se passa na Universidade Federal do Ceará, da qual tem sido importante colaborador, ele enfatiza, noutra pronúncia, sua alegria em estabelecer mais uma parceria com a UFC e a certeza de que, de mãos dadas com o mundo acadêmico, o Legislativo se habilita a contribuir "para a construção de um projeto de desenvolvimento democrático e sustentável para todos nós cearenses".

Este é pensamento de um homem público vigilante, consciente das responsabilidades advindas de suas destacadas funções e permanentemente dedicado ao estabelecimento de enlacs com os mais diferentes setores representativos da sociedade. Welington Landim tem dado contribuição para um Legislativo forte, moderno e atuante. Quando reúne suas falas e escritos, neste "Em defesa do desenvolvimento regional" o Deputado está não apenas exteriorizando idéias, mas fomentando debates em torno de questões concretas. Trata-se, objetivamente, de um subsídio à prática democrática, pois é com a argamassa de novas idéias, com o esteio de propostas construtivas, que se há de construir um Ceará moderno, próspero, onde, em se plantando justiça, possa o nosso povo colher dignidade.

Roberto Cláudio Frota Bezerra
Reitor da Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

Apresentação	3
Sumário.....	5
ARTIGOS	7
Importância da Transposição	9
Estados se Unem pela Viabilização	11
Apelo ao Presidente	13
Apoio Imprescindível	14
Cariri nos Trilhos.....	15
Hanseníase no Cariri.....	16
Industrialização.....	17
Palavra do Presidente.....	18
União ou Atraso.....	20
Resultados da CPI do FUNDEF	21
Conheça o Parlamento	23
A Transposição e Israel	25
O Parlamento e a Paz.....	27
DISCURSOS	27
Em Defesa da Paz	31
A Mobilização em Defesa da Transposição.....	37
Gestão das Águas do Ceará	40
Discurso de Posse na Presidência da Assembléia Legislativa – 1999 / 2000	42
A Questão da Hanseníase no Brasil: Vergonha Nacional	47
O Estado e a Sociedade que Queremos.....	52
A Assembléia e a Universidade	56
A Situação da Santa Casa de Misericórdia	56
Ciclo de Debates Utopia XXI – A Reforma Político-Partidária e seus Reflexos.	60
A Assembléia e a Sociedade em Defesa do Cariri.....	62
A Realidade do Projeto de Transposição	66

A Situação Hídrica do Ceará e a Importância da Transposição de Águas do Rio São Francisco	74
A Assembléia e a Universidade Federal do Ceará	85
A Seca do Nordeste: Cenário de Miséria.....	88
Comemoração dos 45 Anos do TCM.....	89
Homenagem ao Dia do Médico	92
Os 20 Anos da Anistia Política no Brasil.....	94
Desigualdades Sociais no Brasil	96
Projeto “A Escola no Parlamento” - Visita dos Colégios Estaduais Justiniano de Serpa e Joaquim Nogueira.....	100
Posse do Conselheiro Teodorico Menezes no Tribunal de Contas do Estado.....	103
Entrega do Título de Cidadão Cearense ao Sr. Antenor Naspolini Secretário da Educação Básica.....	105
A Comunidade e o Legislativo	111
Projeto “O Jovem e o Parlamento”	113
A Assembléia Legislativa na luta Por Uma Cultura de Paz e Não-Violência”	118
A Assembléia e a Campanha da Paz no Ceará.....	130
A Gratuidade da Certidão de Nascimento	125
Águas do Ceará – Propostas e Realizações.....	129
A Assembléia Legislativa e o Movimento Mundial pela Paz	139
O Parlamento na Visão da Juventude Cearense.....	144

ARTIGOS

IMPORTÂNCIA DA TRANSPOSIÇÃO

Por que decidimos abarcar com toda força a luta pela transposição de águas do São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte? A resposta é simples: será a redenção do Nordeste. Alguns podem até dizer que é um sonho. Concordo. Mas é um sonho que, acredito, tornar-se-á realidade. Esta luta não é mais solitária. Esta luta passou a pertencer a milhões de co-irmãos nordestinos. Pela primeira vez, estamos juntos numa batalha justa. A sensibilidade dos estados do Nordeste nos encorajou, nos fez dar a certeza de que ainda podemos pensar grande e, principalmente, que ainda pensamos no nosso povo.

Defendi da Tribuna da Assembléia Legislativa, neste meu primeiro mandato como parlamentar, outras questões igualmente justas, mas neste momento nada mais importante do que a luta que travamos pela transposição. Talvez não resolvamos todos os problemas, mas pelo menos vamos amenizá-los. Disto todos tenham certeza. Não foi fácil chegarmos aonde chegamos. Houve momentos de descrença. Não de nossa parte, porque sempre acreditamos naquilo que fazemos. Eu, particularmente, sempre lutei e lutarei pelo meu Ceará.

O nosso Cariri possui um dos maiores lençóis de água subterrânea do Nordeste, com uma recarga das mais expressivas do País. Se nossa Região já é potencialmente grande, imagine com a concretização do sonho dos nossos irmãos nordestinos da transposição de águas do rio São Francisco, que, com certeza, alcançaria o desenvolvimento e o progresso do Cariri, tornando-o um “El Dourado” do Nordeste, cultivando e exportando frutas para o mundo inteiro. Não só o Cariri vai ganhar com a transposição, mas todo o Ceará, o Nordeste, o Brasil. A vitória só depende da nossa determinação

e força de vontade. É uma questão de pouco tempo. Nós, nordestinos, vamos conseguir esta obra.

Jornal Tribuna do Ceará
17.12.97

ESTADOS SE UNEM PELA VIABILIZAÇÃO

O São Francisco é o Rio da Integração Nacional. Bastaríamos lembrar esta frase para justificar nosso empenho pela transposição. Esta não é mais uma luta solitária. No dia 10 de outubro passado, quando lançamos a idéia através de um pronunciamento e recebemos, de pronto, o apoio de todo o plenário. Passamos a manter contatos com parlamentares do Rio Grande do Norte e Paraíba, inicialmente, e depois com os de Pernambuco.

Estivemos em Natal, João Pessoa e no Recife aprofundando as conversas. Estes encontros resultaram numa grande sessão especial realizada no último dia 15 em Fortaleza. O que faltava era exatamente esta articulação e agora está provado, definitivamente, a urgência da execução do projeto. A obra ainda é um sonho, mas se Deus quiser será transformada em realidade com o apoio que temos recebido, incluindo-se a imprensa nordestina.

O movimento cresce com a participação de milhões de brasileiros, principalmente nordestinos. Lideranças políticas, religiosas, empresariais e comunitárias já se engajaram. Entidades civis, militares e clubes de serviços também se mostram dispostos a colaborar. Enfim, a sociedade de um modo geral está consciente da importância de se democratizar e até de se socializar um produto tão raro e precioso no Nordeste. O Rio São Francisco pertence a todos nós.

Nossa idéia de colhermos um milhão de assinaturas pela transposição cresce como bola de neve. Nos outros três Estados - Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte - este trabalho também está sendo feito. Apelo aqui para que todos procurem a Assembléia Legislativa do Ceará para que o abaixo-assinado seja massificado ainda mais.

A transposição não é projeto eleitoreiro, como a classe dominante e a imprensa do Sul e do Sudeste apregoam. Pelo contrário, o projeto dignifica o nordestino e enche de orgulho o homem brasileiro. Não custa nada repetirmos, até mesmo para se criar uma consciência nacional, que a transposição não servirá apenas para trazer água para saciar a sede de milhões de nordestinos, mas é a resolução de uma questão sócio-econômica. Além disso, este tem sido o pontapé inicial para que possamos elaborar uma agenda comum dos Estados nordestinos. Com o Nordeste unido teremos mais voz e mais força e não seremos mais humilhados nem discriminados.

Segundo recente livro lançado pelo ex-ministro e ex-governador de Sergipe, João Alves, o Nordeste perde por ano um milhão de reais em divisas para as demais regiões, principalmente Sul e Sudeste. Portanto, não estamos pedindo nenhum favor. É nossa obrigação exigir benefícios para esta sofrida região. Para que este movimento de nordestinidade se fortaleça é imprescindível, também, o engajamento dos governadores, senadores e deputados federais.

Jornal O Povo
23.12.97

APELO AO PRESIDENTE

As reformas sociais propostas pelo Governo Federal, acreditamos, têm objetivos sociais. Somos ainda um povo sofrido, notadamente do Norte e Nordeste. Todos sabem que há deficiência na educação, saúde, transporte de massa, agricultura, etc. Reconheçamos, no entanto, que nada se consegue da noite para o dia. Foram anos e anos de descasos administrativos. O que o Governo Federal está plantando hoje poderá ser colhido mais tarde, se for regado.

Mas só vamos conseguir colher bons frutos se intensificarmos já um bom plantio. A transposição de águas do rio São Francisco para os estados de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte é a solução para os eternos problemas do Nordeste. Se temos problema de desemprego, vamos autorizar a transposição-já, Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso. Serão gerados 350 mil empregos diretos e indiretos. Se temos problema com a saúde, Senhor Presidente, vamos fazer a transposição-já, que vai permitir que bebamos água de melhor qualidade, sem precisarmos estar cavando leitos de rios secos ou correndo e se humilhando atrás do carro-pipa.

Se temos problema de fome vamos fazer a transposição-já, Senhor Presidente, para que possamos regar as plantações. Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, se a disposição do Governo Federal é começar a colher logo os bons frutos precisamos, urgentemente, da transposição. O Nordeste precisa de seu apoio nesta luta pela sobrevivência, Presidente, ou conseguiremos a transposição agora ou continuaremos sem perspectiva de melhorar.

A união de Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba demonstra a ânsia que temos de viver com dignidade. O Nordeste quer ajudar ainda mais o Brasil. Esta ajuda só virá com crescimento. E crescimento significa transposição-já.

Este é o nosso apelo, Presidente.

Jornal O Povo
07.02.1998

APOIO IMPRESCINDÍVEL

A luta pela transposição de águas do Rio São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte é árdua. Vamos vencer esta guerra. Para tanto, precisamos ganhar as batalhas. Se os recursos para o projeto já estivessem no orçamento da União deste ano não teria sentido fazermos um movimento deste quilate, envolvendo a sociedade nordestina em busca de um milhão de assinaturas. Seríamos, com certeza, tachados de demagogos.

A guerra tornou-se mais importante a partir do momento em que foram anunciadas as prioridades do orçamento. Chegou a hora, mais do que nunca, de unirmo-nos em prol desta causa. A notícia da não inclusão da obra na lista das prioritárias pode ter surpreendido os cearenses, mas não os membros da Comissão Especial da Assembléia Legislativa. Daí, a idéia de união dos quatro estados para revertermos o quadro e pressionarmos o Governo Federal. A notícia não nos desestimulou. Pessimismo, jamais.

Com o recesso parlamentar prestes a se encerrar, o nosso movimento de pressão vai ganhar força. A campanha para um milhão de assinaturas nos quatro estados continua. Já temos cerca de 200 mil. Finalmente, precisamos do apoio de pessoas de espírito de nordestinidade, como Raimundo de Oliveira Borges, Napoleão Neves e Cícero Pereira, que sempre nos incentivaram a ir adiante.

Nosso movimento está apenas começando. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Só para relembrar: a transposição vai gerar 350 mil empregos, irrigar 110 mil hectares de terra e melhorar as condições de vida das populações da zona rural, além de reduzir drasticamente o êxodo rural. Neste momento, precisamos da ajuda de todos.

A luta continua.

Jornal O Povo
14.02.98

CARIRI NOS TRILHOS

O Presidente da República revelou-nos durante o encontro que tivemos sexta-feira passada, 6, em Fortaleza, que vai estar autorizando o início das obras da Transnordestina, ferrovia há muito reivindicada pelos cearenses, principalmente pelo Cariri. A pauta de nosso encontro, na verdade, era sobre transposição de águas do rio São Francisco, mas veio esta novidade.

Participavam do encontro com o presidente FHC o governador do Estado, parlamentares, inclusive de outros estados, e demais autoridades. Desde 1989, quando assumimos a Prefeitura de Brejo Santo, que lutamos pela realização deste sonho.

O ramal da Transnordestina ligando o município pernambucano de Salgueiro a Missão Velha, passando por Brejo Santo, vai beneficiar o escoamento de nossa produção, além de facilitar o transporte de passageiros. Os países do primeiro mundo estão na frente, pois já descobriram que trens saem mais barato.

A Transnordestina será o principal elo de ligação, não do Ceará com os demais estados da Região, mas de todo o Brasil, o que a torna ainda mais importante. Com a construção do porto do Pecém, o aumento da produção do perímetro irrigado da região do município pernambucano de Petrolina, a ampliação do porto de Suape, em Recife, e a necessidade do escoamento de minério do Porto de Itaqui, no Maranhão, tornou-se necessária e urgente a construção da obra.

Assim, estamos duplamente gratificados com a transposição e a Transnordestina, batalhas árduas que travamos ao longo dos anos. Ao dar a notícia, o próprio Presidente mostrou a importância da obra e a relacionou com a transposição de águas do Rio São Francisco. O Cariri, o Ceará e o Brasil vão ganhar.

Jornal do Cariri

11.02.98

HANSENÍASE NO CARIRI

O Brasil é o vice-campeão mundial em casos de hanseníase. O Ceará é o quarto no Nordeste com 5.500 casos, ou seja, seis casos para cada grupo de 10 mil habitantes, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) trabalha com um caso para cada 10 mil. Ainda no Ceará, os dois municípios disparados com os maiores números de casos são Juazeiro do Norte e Crato, no nosso Cariri. Brejo Santo aparecia em terceiro até 1996, mas foi substituído por Cedro.

No ano passado surgiram mais 2,5 mil casos de hanseníase no Ceará e a previsão é que este ano o mesmo número de casos seja registrado. A Secretária de Saúde do Estado tem desencadeado uma campanha, o que fez os portadores da doença se apresentarem. Eles tinham medo do preconceito. Antigamente, a cura só era possível no período de até cinco anos. Hoje em apenas seis meses pode-se eliminar o mal.

Em 1992, quando éramos prefeito de Brejo Santo, iniciamos uma ampla campanha de combate à hanseníase, que serviu de exemplo não apenas para o Ceará, mas para todo o país. Inicialmente esclarecemos sobre o Mal de Hansen, que não é contagioso, tem cura e que os portadores precisavam se submeter a um tratamento de poliquimioterapia, feito à base de um coquetel de remédios. Os remédios são gratuitos.

As pessoas nos entenderam e a campanha deu resultado. A situação ainda não é satisfatória, mas continuamos na luta para combater a hanseníase. A próxima quarta-feira, 1º de abril, de acordo com o projeto de lei de nossa autoria aprovado pela Assembléia Legislativa, será dedicado ao Dia do Hanseniano, mais uma oportunidade que teremos para combater o mal. As prefeituras do Cariri já devem começar a se mobilizar.

Jornal do Cariri
29.03.98

INDUSTRIALIZAÇÃO

Começam a surgir boas perspectivas para a Região do Cariri na área da industrialização. Reanima-nos a implantação, em Brejo Santo, de uma grande indústria do Cariri Oriental, significando a tomada do desenvolvimento. Não só Brejo Santo ganha, mas toda a região. Outros municípios caririenses já se mobilizam para, também, reaquecerem o comércio com a geração de emprego e renda.

Há, no entanto, uma dificuldade que precisa ser superada. Poucos imaginam o trabalho que dá trazer mais indústrias para o Cariri. Ressalte-se que o programa de incentivos fiscais do Governo do Estado beneficia mais ao empresário que se instala no interior do Estado. Quanto mais longe da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) mais aumentam os incentivos. No entanto, os empresários sempre preferem a RMF pelo oferecimento de uma melhor infraestrutura de hotel, porto e aeroporto.

Existem municípios no Cariri que já se preparam para o desenvolvimento, mas há outros que ainda precisam se preocupar com o futuro. O importante é que todos cresçam. Vale ressaltar que não interessa ao Cariri o desenvolvimento de um ou outro município isoladamente. A Região é uma só. Nossa luta é a luta de todos os caririenses.

Somos 34 municípios e ocupamos 12% da área territorial do Estado do Ceará com 17.556 quilômetros quadrados. Somos 11% da população estadual com 747.917 habitantes. O Cariri tem, ainda, 149.335 domicílios ou 11,1% dos existentes no Estado. Somos grandes e merecemos nos desenvolver.

É este Cariri que queremos ver crescer.

Jornal do Cariri
06.06.98

PALAVRA DO PRESIDENTE

Ao visitar o Cariri no último dia 31, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi contundente ao afirmar que todas as providências estão sendo tomadas para que seja concretizado o tão sonhado projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para os estados de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ele revelou que acompanha com interesse a construção da Adutora do Oeste, na divisa da Bahia com Pernambuco, num percurso 750 km, beneficiando vários municípios pernambucanos.

Com a água chegando no Cariri não tenho dúvida de que seremos transformados num verdadeiro celeiro. Um oásis que exportará alimentos de melhor qualidade. A região do Riacho dos Porcos, em Brejo Santo, está preparada para receber as águas do São Francisco. As águas vão minimizar o sofrimento do homem do campo com a geração de emprego e renda. Serão gerados 350 mil empregos diretos e indiretos. O que, convenhamos, é muito importante neste momento devido às dificuldades que passam o mundo e o Brasil nesta área.

Com a perenização do Rio Jaguaribe, suas margens também serão irrigadas. Imprescindível também ressaltar que as águas do Rio Jaguaribe vão desaguar no Castanhão, açude que está sendo construído pelos governos federal e estadual. Foram estas as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o Castanhão cheio, teremos a segurança da utilidade do projeto de transposição de bacias.

Tudo isto significa que nossa luta pela transposição não foi em vão, pelo contrário. As águas do rio São Francisco vão beneficiar o Ceará como um todo, notadamente o Cariri, região que tenho orgulho de representar na Assembléia Legislativa. Apesar das declarações positivas do Presidente da República, não podemos nos acomodar. Vamos continuar lutando e

acompanhando o processo. Temos que manter as mãos dadas em prol de um Nordeste independente e desenvolvido.

Jornal O Povo
06.08.98

UNIÃO OU ATRASO

O Cariri sempre teve exaltadas suas riquezas naturais, humanísticas e agroindustriais. Nas últimas décadas, no entanto, perdemos tempo e espaço no cenário político cearense. Devemos reconhecer que estagnamos. Faltou-nos vontade de continuar crescendo? Claro que não. O que nos faltou foi união. Nossa região continua respeitada. Continuamos a nos orgulhar de sermos do Cariri. Porém, nenhuma ação justificou a continuidade deste respeito e deste orgulho. O tempo do eu e do individualismo já passou. A globalização exige que pensemos no coletivo, a partir da organização das comunidades.

Se queremos ser grandes, se queremos que a região volte a crescer, temos que nos unir, darmos as mãos em busca de um só objetivo: o progresso do Cariri. Caso contrário, devemos desistir por completo para não perdermos tempo. Somos homens públicos e adultos, e sabemos o que queremos.

Então, apelo para que sejamos unidos mais do que nunca. Chegou a hora de provarmos nosso amor à região. Chegou o momento de esquecermos a discórdia, a dissidência, a vaidade, o pessimismo e a disputa política paroquial. Daqui prá frente tudo tem que girar em torno do progresso do Cariri.

O importante é o marco e não o pensamento pequeno. A criação da 20ª Região Administrativa alavancou mais recursos para a região. O Cariri ganhou e poderá ganhar muito mais.

Nesta sexta feira, 30, numa iniciativa do Pacto de Cooperação e do Sebrae, haverá amplo, democrático e proveitoso debate sobre o progresso de nossa querida região.

Este é meu desejo.

Jornal do Cariri
28.10.98

RESULTADOS DA CPI DO FUNDEF

Já se pode reconhecer os resultados positivos da CPI instalada pela Assembléia Legislativa para apurar denúncias de desvios na aplicação dos recursos do FUNDEF, no que pese alguns comentários precipitados em contrário.

Em primeiro lugar, foi constatada a necessidade de nivelamento de conhecimentos e padronização de orientações por parte dos agentes públicos responsáveis pela educação básica. Embora diversos eventos tenham sido promovidos nos últimos dois anos, o desencontro de posições entre a Secretaria da Educação Básica, o Conselho de Educação do Ceará, o Tribunal de Contas dos Municípios e o próprio Ministério da Educação muito contribuiu para lapsos cometidos por alguns gestores municipais.

Em seguida, a partir dos esclarecimentos resultantes das primeiras reuniões da Comissão, não mais se denuncia atraso no pagamento de salários dos professores municipais; cautela maior tem sido assegurada à aplicação dos recursos do FUNDEF e, principalmente, as Universidades envolvidas com cursos de habilitação de professores leigos já estão adequando seus currículos, para atender à real necessidade dos municípios, que corresponde à habilitação para o magistério das oito séries do ensino fundamental e não apenas da 1ª à 4ª séries, como inicialmente entendido e contratado pelos diversos municípios.

As dúvidas sobre a possibilidade de pagamento de cursos para capacitação ou habilitação dos professores leigos, com recursos destinados à remuneração do magistério, além dos esclarecimentos sobre as instituições credenciadas para esta finalidade e da urgência para elaboração dos planos de cargos e carreiras, com certeza, já foram retiradas.

A garantia do desenvolvimento do ensino fundamental, que assegura que mais de 97% dos cearenses entre 7 e 14 anos

de idade já estão regularmente matriculados (um dos mais altos índices do país) e todo o esforço dedicado nos últimos anos não podem ser maculados por interesses menores, nem pela natural disputa política. Todos sabemos da proximidade das eleições municipais.

Com apenas dois meses de funcionamento, a CPI já provou que seu trabalho tem sido importante. Na área pedagógica do Ceará não se pode negar que surtiu mais efeito do que encontros, reuniões e até cartilhas, como fora feito na implantação do Fundo. Hoje, com o trabalho da CPI, as câmaras municipais e o próprio Conselho Estadual de Educação reconhecem que os recursos do FUNDEF estão sendo utilizados pelos municípios através de melhor aplicação democrática. O povo cearense, temos certeza, tem consciência disto.

Jornal O Povo
29.06.99

CONHEÇA O PARLAMENTO

A Assembléia Legislativa do Ceará lançou o programa “Conhecendo o Parlamento” para superar as incompreensões existentes entre o Poder Legislativo e a sociedade, dentro de um contexto de decisões responsáveis e de orientações claras que procuramos seguir. Mais que um movimento suprapartidário que deve merecer o amparo de todos a sua construção será permanente.

Seria uma ilusão dizer agora que atingimos a nossa meta apenas implantando este programa. Mas o movimento tem desde já um grande mérito. Nosso programa inova a democracia, deixando-a mais direta e participativa.

O “Conhecendo o Parlamento” é a semente de um movimento amplo que as futuras gerações de deputados deverão continuar a promover. Portanto, temos o dever histórico de alimentar o futuro do Parlamento. E este dever é para mim um privilégio.

Um Parlamento deve estar sempre em evolução, nunca acomodado. Devemos aperfeiçoar a representação, tornando o nosso Plenário cada vez mais visível na Sociedade. Esta é uma imposição dos novos tempos e será uma exigência vital para a existência futura do legislativo.

Ao iniciarmos a tradução do Parlamento estamos ajudando a liberar as forças da cidadania pura, fazendo desabrochar a solidariedade pelo pensamento livre e bem informado. Mas não é só do Parlamento a maior parte desta tarefa: O homem é um ser político e a sociedade tem o seu papel no despertar desta consciência política. Se não podemos esquecer a nossa história, devemos também manter o desejo de aperfeiçoar as sua instituições, pois isto é o que faz uma sociedade permanecer renovada.

Estamos querendo transformar a Assembléia Legislativa num terreno comum, dinâmico e útil. Nossos valores e nossas ações estão na Sociedade, que nos elege e nos torna legítimos. Nesse sentido, o Parlamento cearense não atravessa nenhuma crise de representação ou legitimidade. Somos homens em busca do consenso e não é fácil construir o pensamento coletivo.

O Ceará mostra à sociedade brasileira a aplicação concreta de uma cultura de mudanças. Nosso pensamento é independente, nossa prática é exigente e conclusiva. Temos a coragem de aplicar este princípio ao nosso poder. Vamos acelerar a educação da sociedade para a vida coletiva, promovendo mais programas positivos e de boa intenção como este que agora iniciamos.

Quando o Parlamento abre as suas portas, renova-se e ganha outro sentido. Fica mais amplo e atual. Participe. Você também é responsável.

Jornal O Povo
07.09.99

A TRANSPOSIÇÃO E ISRAEL

O Estado de Israel tem apenas cinco décadas, mas quatro mil anos de herança judaica. Lá estivemos recentemente e constatamos diante daquela beleza uma velha pátria renovada, pequena, mas com um enorme horizonte aberto por quase seis milhões de pessoas bastante ativas. É em Israel que o ocidente encontra o oriente; a tradição, a inovação.

Graças a esta herança cultural fortíssima, Israel ocupa uma posição respeitável no planeta. Foi o país que mais cresceu o PIB nos anos 90. Em 1951 Israel deixou de ser um país de renda média para ser um dos mais ricos do mundo. Mudou tanto que hoje em nada lembra o deserto de seus primeiros anos.

O desenvolvimento de Israel tem muitas razões, mas é inegável que a educação e a produção agrícola estão na base de todo este progresso, também muito embalado pelo capital externo e por medidas que liberalizaram e reduziram, mas não eliminaram a presença do Estado na economia.

Lá, a agricultura irrigada é fundamental. Mesmo com 80% do território em pleno deserto, desprovido de água e outros recursos naturais (ao contrário do Brasil), Israel produz 95% de seu alimento e ainda exporta. Desde que foi fundado, as exportações israelenses cresceram mais de 450 vezes.

A Agritec 99 (uma das maiores feiras mundiais de agricultura irrigada), além de mostrar como este milagre comunitarista ocorreu a partir dos Kibutz e Moshav, apresentou o arsenal tecnológico que Israel oferece para que outras regiões também saibam se impor ao clima árido e semi-árido.

O desenvolvimento da agricultura deve-se à estreita cooperação entre pesquisadores, produtores e industriais. Eles trabalham de forma integrada com as agroindústrias de produtos de origem vegetal e animal, com indústrias de

fertilizantes, bio-fábricas de sementes e mudas, implementos agrícolas e suplementos nutricionais para a pecuária.

A agricultura irrigada, assim como outras atividades correlatas a ela, compõe o eixo central da estratégia de desenvolvimento de Israel, que recentemente atraiu gigantes da alta tecnologia, como Motorola, Intel e Sony para ampliar a base de cooperação do trabalho. A constante introdução de modernas tecnologias serve para automatizar a produção, economizar tempo, mão-de-obra e assim revolucionar a agricultura mundial.

Os recordes de produtividade são visíveis. Em Israel utiliza-se água salgada para irrigar uva em pleno deserto de Negve. Vacina-se plantas para controlar pragas. Recicla-se água de esgoto para cultivar algodão. Cultiva-se tomate, pimentão, melão, flores e plantas ornamentais em estufas. Quebra-se o conceito de área agriculturável, utilizando plásticos para abrigar solos artificiais, constituídos por substratos orgânicos à base de rocha expandida e fibra de côco seco. Funda-se o fitomonitoramento, para análise em tempo real da fisiologia de plantas em casas de vegetação. Pesquisa-se uma nova refrigeração e embalagem de frutas e hortaliças. Faz-se a transformação da energia mecânica das ondas do mar em energia elétrica.

Em Israel, o individual e o social estão em perfeita fusão. Talvez isto explique por que eles fizeram tanto em tão pouco tempo. No semi-árido nordestino a situação poderá ser semelhante, agora com a decisão política de execução do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, uma luta também da Assembléia Legislativa. A cooperação será o grande exemplo de desenvolvimento para o século 21.

Jornal O Povo
02.10.1999

O PARLAMENTO E A PAZ

O mundo vive uma onda de violência, que está na ordem do dia corroendo a sociedade. Os crimes contra a vida, o mais fundamental dos direitos do ser humano, não são ficção. São realidade. A Assembléia das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o Ano Internacional por uma Cultura de Paz. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Unesco é a responsável por todas as atividades a serem desenvolvidas nos próximos meses.

A Unesco quer criar um senso de responsabilidade social. Para isto, um grupo de prêmios Nobel da Paz, reunidos em Paris, redigiu “O Manifesto 2000- por uma cultura de paz e não-violência”, que tem como meta a coleta de 100 milhões de assinaturas a serem apresentadas à Assembléia Geral das Nações Unidas em sua reunião da virada do milênio em setembro do próximo ano. Foram responsáveis pela elaboração da redação do Manifesto reconhecidos defensores da paz, como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela. Eles acreditam que é responsabilidade de cada um de nós colocar em prática os valores, as atitudes e comportamentos que inspirem uma cultura de paz.

Também preocupada com a onda de violência, a Assembléia Legislativa do Ceará está atenta para a questão, aglutinando diferentes esforços e vontades, assim aprovou, por unanimidade, adesão ao “Manifesto 2000- por uma cultura de paz e não-violência”

A adesão do Ceará ao Manifesto não será meramente simbólica. O nosso desafio é coletarmos 500 mil assinaturas, que correspondem a meio por cento da meta mundial estabelecida pela ONU. Este é mais um papel do parlamento. O ano 2000 precisa ser um grande começo para todos nós. Juntos, nós, deputados, e órgãos governamentais e não governamentais

podemos transformar a cultura da guerra, da insegurança coletiva e do desrespeito ao ser humano. Temos que transformar a guerra numa cultura de paz e não-violência . Contamos com a participação de todos. Entendemos que estaremos contribuindo para que as gerações futuras construam um mundo que tenha como base e dignidade, a justiça, a liberdade, a prosperidade e a solidariedade.

O desafio está posto.

Jornal O Povo
12.11.99

DISCURSOS

EM DEFESA DA PAZ

31.08.00

Plenário da ALEC

A violência hoje é um dos problemas que causam mais desespero nas grandes cidades. O crime urbano tem recebido pouca atenção e quase sempre é justificado pelo desemprego, pelos baixos salários dos policiais ou pela ineficiência da justiça e do sistema de punição.

Não há dúvidas que todos estes fatores impulsionam e muito a violência urbana. O desemprego não é, para o cidadão desempregado, apenas uma perda de renda mensal.

A desigualdade social é o problema mais grave do Brasil. Historicamente, os ricos detêm 50% da renda nacional. O Brasil é no mundo um dos países com maior desigualdade social. Os 20% mais ricos possuem quase 20 vezes mais renda do que os 20% mais pobres. E de fato não há, nesses últimos dez anos, distribuição de renda no País. Nenhum dos planos de estabilização da economia, desde o tempo do Plano Cruzado, foi suficientemente forte para tomar medidas políticas para redistribuir a renda.

A violência é uma situação criada pelo desrespeito da sociedade aos direitos humanos. Atinge toda a sociedade e tem aspectos internacionais, nacionais, sociais, políticos, econômicos, financeiros, sem esquecer os aspectos religiosos, sociológicos e psicológicos.

Para se ter idéia, em todas as regiões do país, as áreas improdutivas são maiores que as produtivas.

Numa população de mais 150 milhões de pessoas, 42 mil propriedades têm área a mil hectares, ou seja, 42 mil pessoas são donas de terras sete vezes maiores que o Estado de São Paulo. E, pasmem, no Brasil 24 milhões de hectares, 11

vezes o tamanho do estado de Sergipe, pertencem a apenas 75 donos.

Então, defender a paz é também tornar-se uma instância mediadora, direta e com credibilidade para cobrar uma mudança nestas condições de vida nacional. Como membros da Assembléia Legislativa, somos a grande caixa de ressonância dos grandes horizontes de sofrimento da população.

A violência hoje é o problema que causa mais desespero entre os habitantes das grandes cidades. Contudo, como surge a violência e como resolver o problema?

O indivíduo sem emprego está inutilizado e excluído da sociedade. E muitas vezes o crime é uma quase vingança contra a sociedade que o excluiu.

Mas os crimes que acontecem nas grandes cidades não podem estar associados apenas ao desemprego. A desigualdade social também tem sua contribuição.

Surge agora um outro componente grave neste caldeirão que aquece a violência. A crescente retórica das elites sobre esta realidade social não é acompanhada de ações concretas para eliminar o drama vivido pela maioria da população. E esta perda de identidade e respeito entre o povo e a elite está ampliando ainda mais o confronto.

Não sou daqueles que acreditam que seja ilimitada a paciência dos pobres. Nas grandes cidades, mais da metade das pessoas vive em completa miséria, sem água potável, energia elétrica, sobrevivendo em áreas de extrema pobreza, em guetos e favelas.

Essas condições subumanas de vida geram uma "revolta" por parte dos excluídos do mercado de emprego, do mercado de consumo.

A violência, portanto, não é privilégio da periferia. É uma situação-reflexo, criada pelo desrespeito da sociedade aos

direitos humanos de um cidadão. Atinge toda a sociedade e tem aspectos internacionais, nacionais, sociais, políticos, econômicos, financeiros, sem esquecer os aspectos religiosos, sociológicos e psicológicos.

Está claro que não vamos resolver a questão da violência apenas com boa vontade.

O problema exige uma mobilização em torno deste quadro assustador de exclusão social, que salta aos olhos dos homens de bem.

A repressão tem que ser feita, mas não é a única saída. Tentar acabar com a violência com o uso de mais violência é como enxugar o chão com a torneira aberta. Em nada vai adiantar, pois a raiz vai continuar ali, fazendo o mal crescer cada vez mais.

A violência é um problema que deve ser combatido de frente e também por baixo, em suas raízes.

Trata-se de um tratamento cujo processo é demorado, mas vejo outra maneira de estabelecer a paz e a ordem em todas as cidades do país.

É preciso crer e investir nas coisas que devem mudar. Ser otimista é ter certeza no fluxo da vida. É saber que tudo muda e o que está ruim vai melhorar. Não podemos mudar o que passou, mas podemos mudar o hoje. Nós somos donos dos nossos destinos.

Hoje nós estamos preocupados em definir metas de um trabalho, conscientizador e perseverante.

Nossa meta permanente é reverter a base da pirâmide social. É intolerável que a grande massa da população excluída permaneça marginalizada. E a mudança transformadora passa necessariamente pela distribuição da renda, que elimina a base da miséria.

Toda campanha pela paz contra a violência é também uma campanha contra a pena de morte, contra o uso de drogas, contra a venda de armas e pelo desarmamento de cidadãos, contra a prática de esportes e lutas que ensinam o jovem a ser violento, contra o incentivo da violência pelos meios de comunicação, contra a violência dos pais que batem em suas crianças e contra a violência contra a mulher.

Uma campanha pela paz, é também uma campanha para segurar o homem no campo e incentivar aquele que veio a voltar. O Brasil precisa ser recolonizado com base no incentivo à agricultura, que gera muitos empregos e pode dar lucro para o agricultor e para o país. Desse modo, o desemprego, a miséria e a exclusão baixariam muito e conseqüentemente a violência seria reduzida.

Uma campanha pela paz é também uma campanha contra a concentração de terras, concentração que no Brasil é violenta e chega a ser até criminosa.

A todo tempo estamos preocupados e trabalhando para equacionar politicamente estes grandes problemas.

A violência não tem um raciocínio organizado. Que as armas dêem lugar à justiça social, não podemos mais continuar promovendo a guerra de todos contra todos.

A MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA TRANSPOSIÇÃO

14.04.99

Plenário da ALEC

A questão da água ganhou dimensão política internacional nos recentes encontros mundiais para o desenvolvimento. A água, como essencial à vida, constituiu-se num grande desafio para a classe política brasileira, e, principalmente, nordestina, que sempre viu o problema ser tratado com medidas paliativas e assistencialista.

A campanha pela transposição não deve parar. Manter o estado de dependência é perpetuar a miséria no Nordeste. O Brasil precisa de uma política nacional para o desenvolvimento do semi-árido, política auto-sustentável que assegure investimentos prioritários e urgentes para a transferência de bacias e interligação de grandes reservatórios, gerando rios e riachos perenes, construindo canais e adutoras.

Quero apelar para que nos unamos ainda mais. Temos que mobilizar as bancadas federais do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Vamos acionar o grupo de trabalho especial da Câmara Federal que discute a transposição. Cadê os verdadeiramente nordestinos neste trabalho?

Desafio os diretórios municipais e as executivas estaduais e nacionais de todos os partidos a se pronunciarem sobre a questão: Qual a posição do PT, o maior partido de oposição de esquerda, sobre a transposição? Como fica o PSB, partido de grande influência em Pernambuco? E o PPS, do senador Roberto Freire, que vê Recife na maior crise de abastecimento d'água da história? E o PFL vai ser contra diante da orientação baiana? Qual a posição conjunta em defesa da transposição, do PC do B, do PSDB, do PDT? PMDB? PTB?

PSC? PL, PPB, enfim, de todos os partidos? Vamos acionar as executivas estaduais e nacionais para que as obras da transposição sejam agilizadas.

Que São José continue iluminando nossos caminhos e que solte chuvas bentas para abrir a cabeça insensível daqueles que são contra a transposição.

OS DADOS

A transposição – R\$ 3 bilhões

Quanto custou:

A Ponte Rio-Niteroi – R\$ 8 bilhões

Despoluição do Rio Tietê (SP) – R\$ 7 bilhões

A Itaipu binacional – R\$ 40 bilhões

A transposição vai representar apenas 3% da vazão do São Francisco, ou seja, da água que vai para o mar, queremos apenas três por cento. Estes 3% também significam apenas 75 metros cúbicos por segundo. Estes 75 metros cúbicos é o consumo de água de qualquer um dos maiores projetos de irrigação existentes na bacia do Rio São Francisco.

O planeta Terra tem 70 por cento de sua superfície coberto por água. A água doce corresponde a apenas dois e meio por cento deste total, e a maior parte está nas geleiras. Fica para o consumo humano cerca de zero vírgula, zero, zero, sete por cento (0,007%). Nos últimos 50 anos, enquanto a população mundial triplicou, aumentou o consumo de água doce, principalmente com a agricultura irrigada.

Oito por cento da água doce mundial está no Brasil. O grande problema é que 80 por cento da água doce brasileira está na Região Amazônica, onde vive apenas 5 por cento da população brasileira. Outro dado interessante: no Nordeste chove mais do que na Espanha, mas há três fatores que maltratam a região nordestina: as chuvas se concentram num

período muito curto; o solo rochoso não permite que a água alimente os lençóis subterrâneos; e, por fim, a forte insolação transforma em vapor 90 por cento da água trazida pelas chuvas. A solução, então, será a execução do projeto de transposição do São Francisco. Não podemos abandonar esta luta. A expectativa é que no ano 2025 a guerra pela água seja intensificada. Somos hoje seis bilhões de habitantes e no ano 2025 seremos oito e meio bilhões de habitantes na Terra.

Há um ano, em abril do ano passado, os 103 principais açudes do Ceará acumulavam 33 por cento da capacidade d'água. Hoje, são apenas 28 por cento. As bacias da Região Metropolitana de Fortaleza tinham, neste mesmo período do ano passado, 14 por cento de sua capacidade. Atualmente são apenas 12 por cento.

GESTÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

26.05.00

Plenário da ALEC

O Ceará possui 103 açudes de médio e grande portes, que têm capacidade para acumular 10 bilhões, 169 milhões de metros cúbicos d'água. Todos são monitorados pelo DNOCS e pela Cogerh – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, vinculada à Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. Os últimos dados levantados, infelizmente, são de pessimismo. Da capacidade de 10 bilhões de metros cúbicos de água os 103 açudes armazenam hoje apenas três bilhões e quatrocentos milhões, ou seja, 33,5 por cento. Isto é muito preocupante. Em 1999 ocorreu o menor índice pluviométrico dos últimos 34 anos no Ceará.

O mais preocupante ainda é que está parando de chover e os açudes tomaram água, pouca água. Os açudes chegaram praticamente à lama no dia primeiro de março passado. Os senhores sabem quanto os 103 açudes ganharam de água do dia primeiro de março até aqui? Apenas 7,5 %. O relatório da Cogerh demonstra que os maiores problemas estão nas regiões do Vale do Jaguaribe e no Vale do Curu.

Na Bacia do Rio Salgado, no Cariri, deputado Vasques Landim, a situação também não é boa. O Açude Ubaldino, no Cedro, está com apenas 9 % de sua capacidade; o Açude Prazeres tem somente 11%, o que vai comprometer o projeto de irrigação do município do Barro. A situação do Quixabinha, em Mauriti, também é ruim. O Açude acumula apenas 12 % de sua capacidade. Em situação privilegiada estão os açudes Lima Campos, no Icó, com 81 % de sua capacidade; e o Tomaz Osterne, no Crato, com 60 por cento.

Na Zona Norte, deputada Patrícia e deputado Moésio, a situação é menos preocupante. Três açudes estão sangrando: Acaraú Mirim, em Massapê; Aires de Souza, em Sobral; e o Premuoca, em Uruoca. No entanto, o Açude Farias de Souza, em Nova Russas, tem apenas seis por cento da capacidade.

O Vale do Curu também preocupa. O Açude Caracas está com apenas seis por cento de sua capacidade e o Sousa, também em Canindé, com dois por cento, enquanto que o Traipiá Um, em Caridade, tem apenas cinco por cento da capacidade.

Na bacia do Rio Banabuiú, deputado Osmar Baquit e deputado Ilário Marques, o Açude Cedro, em Quixadá, acumula apenas um vírgula sete por cento de sua capacidade. O Açude Monsenhor Tabosa está seco; e o Açude Poço do Barro, em Morada Nova, deputado Tourinho Filho, está com apenas nove por cento de sua capacidade. No Médio Jaguaribe, o Potiretama e o Ema, em Iracema, estão com nove por cento. Estamos vivendo mais uma seca verde.

Fiz este breve relato para mostrar uma panorâmica da grave situação do Ceará.

Sem querer ser catastrófico, vou relatar agora a situação mais preocupante. O Grande Recife tem água durante dois dias e noutros dez dias é feito racionamento. Recife não soube economizar água. João Pessoa e Campina Grande têm água dia sim, dia não. O Governo do Estado do Ceará soube economizar e ninguém sentiu o racionamento.

A situação, no entanto, não é boa na Região Metropolitana de Fortaleza e se não houver economia Fortaleza poderá ficar sem água no final de setembro deste ano. Vou mostrar agora a situação dos Açudes que abastecem a Região Metropolitana. O Açude Pacoti está com sete por cento de sua capacidade e o Riachão também ganhou pouca água e está com apenas 18 por cento. O Gavião acumula 73 por cento de sua

capacidade, no entanto, é o menor dos três açudes. Já o Acarape do Meio, que deságua no sistema que abastece Fortaleza, está com apenas cinco por cento.

No dia 14 de outubro de 1997 ocupei esta tribuna para falar de um assunto que estava, naquela época, esquecido por todos: o projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Imediatamente iniciamos um movimento regional por um milhão de assinaturas. Todos fomos mobilizados. Lideranças políticas, empresariais, estudantis e comunitárias; a Igreja, entidades públicas e privadas, instituições militares, enfim, todos participaram. Em Brasília, a bancada nordestina também se mobilizou.

No entanto, o assunto deixou de ganhar importância nos últimos meses. Não por culpa nossa, mas devido à frieza com que o Governo Federal passou a encarar a transposição de águas. Sempre disse que o Nordeste não quer esmolas. O projeto de transposição custa um bilhão e meio de reais e o Governo Federal está gastando só este ano quase dois bilhões de reais num programa clientelista chamado Frente de Emergência. O que o Governo Federal gastou em assistência aos flagelados da seca ao longo aos últimos 20 anos daria para executar 10 projetos de transposição.

Eu não admito também que pessoas de espírito demagógico entrem numa campanha como esta da transposição apenas para aparecer. O Ceará precisa é de gente que trabalhe e não de demagogos, seja quem for.

O Governo do Estado desenvolve o programa de obras hidro-ambientais, que são os barramentos; projeto de olarias e construção de barragens. Duas grandes barragens já foram construídas: Jaburu, em Itapajé, e Castro, em Itapiúna; outras sete estão sendo construídas: Angicos, em Forquilha; Sousa, em Canindé; Feijão, em Ibicuitinga; Ibalдино, no Cedro; Sítios

Novos, em Caucaia; o Independência; além do Castanhão. Tudo isto é trabalho para o homem do campo. Tudo isto é recurso que circula nas regiões.

Só o Progerirh, que é outro programa, vai construir 14 barragens e eixos de integração para o programa de bacias. Na primeira fase do Progerirh, estão sendo gastos 30 milhões de dólares. Todo este esforço, no entanto, torna-se incompleto sem a transposição de águas do Rio São Francisco.

O Nordeste tem todas as condições de viver com dignidade. Sabemos que Minas Gerais e a Bahia trabalham contra a transposição, mas que mineiros e baianos saibam que não queremos nada deles, apenas a água do Rio São Francisco que deságua no mar.

Vamos todos nos unir. Voltar a dar as mãos num projeto que nos interesse diretamente. Esta luta não é apenas da Assembléia Legislativa do Ceará, mas de todo o Nordeste.

Muito obrigado.

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1999 / 2000

01.02.99

Plenário da ALEC

Os antigos povos latinos, cuja sabedoria transpôs as fronteiras do tempo e do espaço para se projetar até os nossos dias, costumavam dizer: “Disseste todo mal daquele a quem chamaste ingrato”.

Que as minhas primeiras palavras sejam, pois, de agradecimento a Deus, pelo dom da vida e pelo dom de por ela lutar. Em segundo lugar impõe agradecer aos meus pais, Ivan e Terezinha, à minha mulher Gislaine, aos meus filhos Guilherme, Welington Filho, Gilvan Neto e Bárbara, que suportam resignadamente o sacrifício da minha ausência em família e compreendem a minha missão de lutar pelos interesses maiores do Ceará. Agradeço o apoio de meus irmãos, tios e sobrinhos, todos certamente emocionados como eu neste instante, bem como aos amigos do “Café Nice”, lá do meu querido Brejo Santo, onde, em calorosas discussões juvenis, aprendemos os primeiros rudimentos da política, atividade que, segundo Bismark, é uma arte, mas que, na expressão do publicista francês Proudhon é, também, “...a ciência da liberdade”.

A nossa gratidão também é manifestada em relação a todos aqueles que sufragaram o nosso nome, principalmente aos meus irmãos de Brejo Santo e aos amigos do Cariri e do Ceará, que nos outorgaram mais um honroso mandato, para quatro anos de novas e continuadas lutas democráticas.

O século que se finda, por certo não deixará saudade. Durante seu transcurso continuamos a assistir aos mesmos conflitos que sempre marcaram de forma trágica a história da

humanidade, numa inequívoca demonstração da falência da diplomacia e da capacidade do homem de superar as diferenças através do diálogo.

Ideologias, religiões, interesses regionais e lutas étnicas dividiram os povos e aprofundaram a miséria em muitas partes da terra. De fato, o final do século comprova que estamos vivendo a Terceira Onda prenunciada por Alvin Tofler.

Efetivamente, hoje temos um mundo sem fronteiras, sem referenciais, sem proteção aos mercados de bens e serviços, no qual o livre fluxo dos capitais financeiros internacionais, migram através do globo promovendo ataques especulativos e perseguindo o lucro fácil. Isto revela a face negra da globalização, acentuando, cada vez mais, a diferença chocante entre pobres e ricos, a ponto de se assistir, em pleno final do Século XX, ao lamentável extermínio de legiões humanas, em decorrência da fome e das doenças que assolam nações da África, da Ásia e da América Latina.

O momento é, portanto, de profunda reflexão, sobretudo porque estamos no alvorecer de um novo milênio, época em que as nossas esperanças se renovam por um mundo melhor, por um Brasil mais justo e por um Ceará mais próspero.

A hora é de união de todos, principalmente da classe política, na busca de caminhos que nos levem à concretização de todas essas esperanças e ideais. A nós, homens públicos que militamos nesta Casa, compete a importante tarefa de arregimentar todas as forças vivas do Ceará, representadas pela classe empresarial, pelos trabalhadores, pela hierarquia religiosa, pelas instituições governamentais e não governamentais, na efetivação deste objetivo essencial.

E neste contexto sobressai a importância decisiva da imprensa do nosso Estado, a quem compete, esperamos, a formulação de idéias, a apresentação de críticas construtivas, a indicação dos equívocos, mas também a divulgação dos feitos e

sucessos alcançados por esta Casa no seu trabalho de bem servir ao povo do Ceará.

Em todo o mundo, instituições pluripartidárias promovem cruzadas pelo emprego e pela empregabilidade. Conclamamos os partidos, toda a inteligência e os recursos físicos e financeiros disponíveis para, com criatividade e perseverança, apresentarmos sugestões que possam atenuar o sofrimento do povo brasileiro. É chegada a hora de superarmos nossas diferenças partidárias para, associados em grandes causas, unirmo-nos na construção do Ceará do futuro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará se insere neste contexto com uma responsabilidade fundamental. A nós, integrantes desta Casa e representantes do povo, competirá a luta pela implementação de projetos essenciais ao desenvolvimento do Ceará.

É fundamental melhorarmos os níveis de escolaridade do nosso povo, bem como mantermos os programas dos agentes de saúde e de médico da família.

Não podemos deixar de apoiar o sistema de ensino para o trabalho através dos CVT's e Centec's, que preparam profissionalmente os jovens para os desafios do futuro.

Temos a responsabilidade de lutarmos pela conclusão das obras do Porto do Pecém, da Siderúrgica, da Refinaria e do Metrofor. Todos somos responsáveis pela concretização da Transnordestina, a conclusão do Açude Castanhão e a interligação de bacias hidrográficas no nosso Estado.

O Açude Castanhão e a interligação de bacias não terão sentido sem o projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, luta que não pertence mais somente a esta Casa, mas a todo o povo nordestino.

Aliás, quando empossado em 1º de janeiro do corrente, o governador do Estado reafirmou seu intento de continuar a

luta pela mencionada transposição, projeto da mais alta importância, uma vez que permitirá resolver, definitivamente, o nosso secular problema da seca, quebrando, assim, a cadeia da fome e da miséria que tanto aflige o povo cearense.

Tais projetos, pela sua importância estratégica, estão acima de quaisquer interesses político-partidários e bem demonstram que devemos, em algumas circunstâncias, transformar esta Casa num foro para o debate das grandes questões nacionais.

Por oportuno, gostaríamos ainda de contar com o apoio deste plenário para articularmos, juntamente com as demais assembleias legislativas estaduais de todo o Brasil, um movimento no sentido de fortalecer e ampliar as nossas competências legislativas. Precisamos superar a excessiva centralização das competências hoje enfeixadas pelo Congresso Nacional para partirmos rumo a nossa realidade, que nos cerca e angustia.

Com efeito, não obstante tenha a Constituição Federal de 1988 reafirmado a prevalência dos princípios federativos, é indubitável que ainda sobrevivem à divisão de poderes entre a União e os entes federados.

Devemos pugnar, nobres colegas, no sentido de vermos preenchidas as lacunas hoje existentes no que toca à equânime distribuição do poder entre a União, os estados e os municípios, com a outorga de novas competências às assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, sobretudo no que diz respeito às questões de natureza local e regional.

No exercício da honrosa missão delegada por vossas excelências de presidirmos esta Casa, haveremos de garantir, de modo inequívoco, o direito de cada parlamentar promover, por sua voz e seu voto, a defesa do povo e das causas do Ceará, comprometendo-nos, ainda, a garantir o direito da minoria manifestar, até à exaustão, todas as suas convicções, mantidas e

respeitadas, contudo, as decisões da maioria. Esta é uma exigência do espírito democrático que sempre pautou nossa conduta.

Finalizando, compreendemos a inadiável necessidade de aperfeiçoarmos o papel e o funcionamento dos tribunais de contas do Estado e dos Municípios, como órgãos de efetivo assessoramento do poder legislativo, na avaliação e no julgamento das contas públicas.

O esforço de engrandecer o Ceará começa por esta Casa, que deve, para tanto, dar exemplo, exigindo, nos limites da Lei, a participação efetiva dos seus servidores e dos demais Poderes no desempenho de suas atividades, observando-se a assiduidade, o uso adequado do tempo e os padrões aceitáveis de produtividade.

É dever intransferível desta Casa fiscalizar com rigor e atualidade os atos dos agentes dos poderes Executivo e Judiciário no que concerne às suas execuções orçamentárias, devendo cada deputado pugnar pelo fiel desiderato da missão, independente de posições ou siglas partidárias a que pertença. Reafirmamos o respeito aos princípios de harmonia e independência que devem cimentar as relações entre os poderes do Estado.

Vamos ajudar o Ceará a crescer!

Que Deus nos ilumine e nos dê humildade e serenidade suficientes para sabermos descortinar os caminhos que possam levar o Ceará ao encontro do seu grandioso destino histórico.

Muito Obrigado.

A QUESTÃO DA HANSENÍASE NO BRASIL: VERGONHA NACIONAL

28.03.99

Plenário da ALEC

Em outubro de 1997, ainda no meu primeiro mandato, ocupei a tribuna da Assembléia Legislativa para falar sobre um assunto que ainda envergonha a América Latina e, em especial, o Brasil: A hanseníase. O Brasil será um dos poucos países que não vai alcançar a meta estabelecida pela OMS - Organização Mundial de Saúde - de atingir o índice de um caso para cada 10 mil habitantes até o final do ano 2000. O Ministério da Saúde já disse que só vamos conseguir atingir esta meta da OMS em 2005. Enquanto isto, a cada 10 minutos um novo caso de hanseníase aparece no Brasil.

Apenas os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina atingiram a meta prometida. O Mato Grosso é o campeão nacional em taxa de prevalência. São 16.30 por cada grupo de 10 mil pessoas. No Ceará, são 4.81, o que nos coloca na terceira e desconfortável posição no Nordeste atrás apenas do Maranhão e do Piauí.

Esta tem sido uma semana de atividades de esclarecimento e de combate à hanseníase dentro da programação do 1º de abril, Dia Estadual de Combate à Hanseníase, projeto de nossa autoria que esta Casa aprovou. Ontem, foi realizado um seminário de sensibilização sobre a doença com supervisores das escolas públicas estaduais e municipais de Fortaleza. O seminário foi coordenado pela doutora Vera Lúcia Solon, que aqui se encontra.

Na próxima sexta-feira, a campanha estará no Cariri, onde haverá palestras, apresentações artísticas em praça pública e show. Haverá ainda um trabalho de busca ativa e um concurso de redação escolar.

O Brasil continua ocupando a segunda posição mundial no ranking da hanseníase, perdendo apenas para Índia. Nos próximos seis anos vamos continuar sendo o segundo país do mundo em lepra, morféia, mal-de-Lázaro. Infelizmente.

Quero aqui abrir um parêntese para citar outra doença que muito nos preocupa. A tuberculose está voltando. Somente no ano passado foram registrados 3.166 casos de tuberculose no Ceará. A tuberculose tem matado 3 milhões e meio de pessoas por ano no mundo. Quase todas as mortes foram registradas em 22 países e o Brasil ocupa o 10º lugar geral.

No Brasil, são 55 milhões de infectados com o bacilo, embora ainda não estejam doentes. Morrem 10 mil pessoas por ano de tuberculose no Brasil. Esta será outra luta a ser travada por mim e, tenho certeza, por esta Casa. Vamos entrar na luta também contra a tuberculose. Não podemos ficar de braços cruzados.

No início do século, éramos assolados por epidemias, como malária, varíola, febre amarela, peste bubônica, cólera, tuberculose e também pela hanseníase. Na época, os exportadores exigiram que o Governo saneasse os espaços por onde as mercadorias circulavam. Ou controlava-se as doenças ou prejudicava-se a exportação de cana-de-açúcar e café.

Implantou-se então o sanitarismo de inspiração militar, combatendo-se doenças à força, modelo que durou até os anos 60. Antes, nas décadas de 20 e 30, as ações de saúde pública no Brasil foram exercidas pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação. Quem precisava de médico era obrigado a pagar. Quem não tinha dinheiro, buscava a medicina popular, como os curandeiros.

Só nos anos 40 começou a interiorização das ações de saúde no Norte e Nordeste do país, financiadas com recursos dos Estados Unidos, interessados na extração da borracha. Em 1953 foi, finalmente, criado o Ministério da Saúde,

descobrimo-se que já não bastava apenas sanear o espaço por onde as mercadorias circulavam.

A maioria dos hospitais públicos brasileiros foi construída nos anos 50 numa visão de saúde hospitalocêntrica, de alto custo, em detrimento de uma política mais barata, feita a partir da prevenção.

Só posteriormente surgiu por lei o primeiro Sistema Nacional de Saúde, reunindo Dataprev, Inamps, Ceme, Iapas, Funrural e LBA. A lógica desse sistema viu o Estado como grande financiador da saúde através da Previdência Social, o setor privado nacional como prestador dos serviços médicos e o setor privado internacional como produtor de equipamentos biomédicos e remédios.

Este modelo, embalado pela crise financeira no País, originou fraudes e desvios de verbas. Aumentava-se gastos com internações, consultas e exames e o sistema foi enfim contaminado por esta modalidade nacional de querer levar vantagem em tudo.

Os anos 80 e 90 repetem o quadro dos anos 70, mas os ventos da democracia fizeram com que técnicos comprometidos com a Reforma Sanitária ocupassem espaços políticos importantes nos governos estaduais, eleitos pelo voto direto. É quando a municipalização da saúde ganha força a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, um dos eventos político-sanitários mais importantes da história do País, que resultou em um raro consenso político sobre a saúde, vista como direito de cidadania e dever do Estado, idéia que repercutiu na Constituição de 1988.

É preciso ter a ousadia de cumprir e fazer cumprir o que manda a Lei. Seguindo o preceito constitucional de universalidade: todas as pessoas têm direito à saúde, independente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de renda. A saúde é direito de cidadania e dever dos governos

municipais, estaduais e federal. As ações de saúde devem ser combinadas e voltadas ao mesmo tempo para a prevenção, a promoção, a cura e a reabilitação.

Não há indigentes para a saúde. Todo cidadão é igual e deve ser atendido e acolhido conforme as suas necessidades. O portador de hanseníase não deve ser visto como um indigente.

A hanseníase envergonha a humanidade há pelo menos 2.600 anos. O Brasil gastava apenas 60 dólares por paciente a cada dois anos, mas o repasse de verbas e a distribuição do remédio pela rede pública foi suspenso. Não é possível reduzir a taxa de hanseníase com o Estado abandonando a responsabilidade pelo tratamento.

É preciso manter a disponibilidade de medicamentos para o tratamento da hanseníase em todas as unidades de saúde, assim como é urgente promover ações de controle, divulgando o que é a doença, pois quanto mais cedo a hanseníase é descoberta, evita-se o aparecimento de deformidades físicas e mais chances se tem de cura.

O tratamento é 100% eficiente se for levado a sério do começo ao fim. A hanseníase não é uma doença hereditária, mas ainda hoje guarda uma triste herança: a do preconceito e da discriminação. Sua forma de contágio é pelas vias aéreas: uma pessoa infectada libera o bacilo no ar e cria a possibilidade de infecção. Porém, e falo como médico, esta infecção dificilmente acontece depois de um simples encontro social. O contato deve ser íntimo e freqüente.

A maioria das pessoas é resistente ao bacilo e não adoece. De sete doentes, apenas um oferece risco de contaminação. É preciso eliminar os preconceitos sociais acerca da hanseníase. O comportamento da sociedade, isolando o paciente, afeta o portador deste mal.

A eliminação de tais preconceitos é algo que transcende a dimensão biomédica. É uma estratégia necessária para o

aperfeiçoamento dos serviços que atendem pacientes com hanseníase. É preciso dar voz aos doentes. A meta da OMS só vai ser atingida se houver a superação das barreiras socioculturais sobre a doença.

O Brasil gasta apenas 2,2% do PIB com saúde, enquanto países como EUA, Inglaterra, Japão e Canadá aplicam entre 8 e 10%. O gasto per capita do governo federal com a saúde é um dos menores do mundo, não ultrapassa 60 dólares, inferior até mesmo o da Somália.

Enquanto isto, a hanseníase avança em meio ao reaparecimento de epidemias de sarampo, cólera e dengue. Doenças que estavam sob controle crescem assustadoramente, como também é o caso da tuberculose e da malária.

A saúde é inerente à vida e à morte, não um bem passível de troca. O aparecimento de doenças nos seres humanos tem um caráter aleatório, pode acontecer a qualquer um, por isso precisa de solidariedade social.

A lógica privada não pode penalizar e condenar os portadores de males crônicos que não podem pagar por serviços. Saúde pública não deve ser feita para aumentar as desigualdades sociais. Não podemos aceitar que a estabilidade da economia, desejo de todos, seja feita com mortes, com o fim da cidadania e da defesa da vida.

Muito obrigado.

O ESTADO E A SOCIEDADE QUE QUEREMOS

01.02.99

Plenário da ALEC

Senhoras e Senhores Deputados, convidados e autoridades aqui presentes

É com muita satisfação que iniciamos o Ciclo de Debates UTOPIA XXI – O Estado e a Sociedade que Queremos -, discutindo um tema de tão grande relevância que é a Reforma da Previdência Social na América Latina e no Brasil. Objetivando oferecer aos senhores e senhoras e à sociedade uma diversidade de olhares sobre a questão é que tivemos o cuidado de convidar especialistas que nos ofertarão essa pluralidade de pensamento, que será de fundamental importância para que possamos conhecer com maior intensidade o assunto e votar de forma consciente matérias relativas à previdência social que chegarem nesta Casa.

Conscientes da necessidade de termos informações qualificadas e atualizadas sobre matérias que serão discutidas e votadas nesta Casa é que a presente Mesa Diretora criou um Ciclo de Debates e que terá continuidade com a discussão do tema a “Reforma Político-partidária e seus reflexos”.

Aproveitamos para agradecer a todos os senhores e senhoras que atenderam ao nosso convite e dizer que esta Casa tudo fará para transformar nossos sonhos em realidade, a partir dos ensinamentos do passado e das lições de hoje, construiremos um futuro mais próspero e mais justo socialmente para nossos filhos e netos.

Que tenhamos um bom debate.

Muito obrigado.

A ASSEMBLÉIA E A UNIVERSIDADE

01.02.99

Plenário da ALEC

Senhoras e senhores deputados, senhores jornalistas e autoridades aqui presentes,

A realidade que nos cerca é marcada por uma diversidade de profundas mudanças nos campos econômico, social e político. Em um mundo cada vez mais globalizado, o poder econômico vem-se concentrando nas mãos de poucos, num processo em que o grande capital volátil e improdutivo prolifera. O desenvolvimento tecnológico avança em ritmo sem precedentes, provocando impactos devastadores em certas áreas e animadoras em outras. Os Estados Nacionais vêm tendo os seus papéis minimizados e conseqüentemente suas naturezas alteradas. Poucos têm o poder de contrapor os efeitos negativos do processo excludente da globalização, em que prevalece a lógica do mercado, do individualismo e do vencedor a qualquer preço. A crise do sujeito político também é um fato. Observa-se um processo de descrédito da classe política, decorrente, principalmente, do comportamento pouco ético de considerável parcela dos nossos homens públicos.

Não restam dúvidas de que precisamos reagir a esta situação que estamos vivenciando e modificá-la, contribuindo, assim, para a construção do futuro que desejamos. Para atingirmos uma nova ordem pautada na ética, na solidariedade, no respeito aos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na democracia, imperativo se torna encarar, de forma radical, questões relativas ao fortalecimento do arranjo institucional que dá sustentação a democracia representativa. É necessário redimensionar os sistemas eleitoral, partidário e de governo, a fim de que assegurem a igualdade política, a soberania popular e a garantia dos direitos humanos.

Enfim, precisamos entrar no próximo século com instituições políticas básicas aperfeiçoadas que possibilitem uma adequada convivência social e a coexistência de um Estado, um Mercado e uma sociedade organizada que produzam mais bem – estar e menos desigualdades.

Necessário se faz aprofundar e reproduzir de forma intensiva e permanente a democracia em diferentes recantos do nosso país e, em particular, no nosso Estado, visto que é através dela que poderemos assegurar os direitos e as liberdades dos cidadãos, possibilitando a promoção do progresso e da justiça social.

Nós, que fazemos a Assembléia Legislativa, conscientes de que é impossível realizar ações políticas eficazes de forma isolada, vimos realizando parcerias, compartilhando esforços, canalizando vontades e sonhos para podermos, em conjunto com a sociedade civil organizada, setores populares e classe empresarial, agir agora para influir no futuro e transformar o que hoje chamamos de sonho, em realidade.

Com base nesses cenários, imprescindível se faz o envolvimento das Universidades nesse processo de construção coletiva, de reflexão e proposição de alternativas para enfrentarmos os desafios de diferentes matizes com os quais hoje nos deparamos. Somente dessa forma poderemos atingir a situação desejada, ou seja, o Estado e Sociedade que Queremos, para nossos filhos e descendentes.

Nas Universidades, iremos buscar os ensinamentos, a fundamentação teórica, a parceria para transformar a realidade vigente das nossas comunidades, levando em conta que são elas que formam os gestores, os gerentes, os formadores de opinião, base do segmento pensante e atuante do Estado organizado.

Ao lançarmos neste momento a versão Circuito Universitário do Ciclo de Debates Utopia XXI, queremos

externar a nossa satisfação e a certeza de que, ao promover esse tipo de evento, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará está trilhando o caminho correto para o fortalecimento da democracia. São parcerias dessa natureza que irão gerar opções para a resolução das questões que hoje enfrentamos e para o desenho de um projeto democrático e sustentável para todos nós cearenses.

Valemo-nos dessa oportunidade, portanto, para conclamar toda a comunidade acadêmica a participar desse processo de reflexão que será desenvolvido pela Assembléia Legislativa, através do INESP e das Universidades, em suas diferentes unidades na capital e no interior do Estado.

Aproveitamos para agradecer a todas as autoridades participantes deste histórico encontro inicial, especialmente aos professores e alunos aqui presentes, e anunciar que o primeiro evento do circuito dentro das universidades está programado para o próximo dia 26 de maio no auditório Castelo Branco, da Universidade Federal do Ceará, tendo como convidado o professor Henrique Rattner da USP.

A SITUAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

09.04.99

Plenário da ALEC

Após a sessão da última terça-feira, ao lado dos deputados Mauro Filho e Tourinho Filho, estivemos visitando “in loco” a Santa Casa de Misericórdia. Foram duas horas ao lado dos provedores Torres de Melo, Luciano Gurgel e Hugo Porto. Eles mostraram, pacientemente, a situação financeira daquele hospital. Depois, visitamos setor por setor, enfermaria por enfermaria. Tudo bonito, asseado, como desejam os provedores.

A maior alegria de um médico é salvar um paciente, é fazer um parto e ouvir os gritos do bebê. Graças a Deus sinto na pele esta emoção. A maior tristeza de um médico é ver um paciente morrer. Neste plenário há muitos profissionais do setor de saúde, competentes e obstinados, que sabem a importância de um hospital bem equipado e com os funcionários motivados.

Infelizmente, não é isto que acontece atualmente com a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. A Santa Casa passa pela sua pior crise em 138 anos de fundação. A Santa Casa não discrimina e atende igualmente o rico e o pobre, o homem da capital ou da zona rural, do Ceará ou de outro Estado. Só para se ter uma idéia do funcionamento e da importância do hospital, durante o mês passado foram atendidas na Santa Casa 41.701 pessoas. A média mensal de atendimento durante o ano passado foi de 46.542 pacientes, segundo relatórios dos próprios dirigentes da Instituição.

Por dia são atendidas cerca de 600 pessoas e a maioria madruga na fila, num acinte e numa humilhação. São feitas diariamente trinta cirurgias. Agora vem o mais incrível e

desumano: em todas as cirurgias a Santa Casa recebe do SUS menos do que gasta. Para os senhores entenderem melhor a situação do hospital aqui estão outros números.

Para fazer um cirurgia de hérnia, por exemplo, a Santa Casa gasta R\$ 214,00 e recebe apenas R\$ 162,00 do Governo Federal; por uma operação de vesícula são gastos R\$ 440,00 e o SUS paga somente R\$ 204,00; e tem mais: uma cirurgia de cabeça ou pescoço custa R\$ 2.261,00, mas a Santa Casa só recebe do SUS R\$ 1.407,00. Não há segredo. Aí está o problema.

A Santa Casa tinha direito a 1.231 AIHs e o Ministério da Saúde reduziu para apenas 1.108 autorizações. O restante dos internamentos é bancado pelo próprio hospital. Além disso, o Ministério da Saúde deve à Santa Casa R\$ 1.700.000,00 relativos à produtividade ambulatorial. O hospital espera o pagamento desta dívida para pagar serviços terceirizados, como tratamento de hemodiálise e quimioterapia.

Por dia são atendidas cerca de 600 pessoas, principalmente pessoas humildes vindas do interior do Estado. A Santa Casa dispõe de 82 especialidades. O SUS veio para socializar a saúde. Até aí tudo louvável. Mas o Governo Federal não deu as condições devidas para que o sistema funcionasse a contento. E a situação tende a se agravar se não houver uma efetiva providência por parte das autoridades constituídas.

Segundo o Diário do Nordeste do dia 6 de outubro de 1997, o abnegado general Torres de Melo lançou a campanha “Fraternidade, Saúde e Vida” para angariar doações para o hospital manter o atendimento. O General completava seis meses como provedor. Apesar do importante apoio dado por pessoas físicas e jurídicas, a Santa Casa tem hoje um déficit mensal de 80 mil reais. Não por desorganização administrativa,

mas porque os repasses do SUS, principalmente, não acompanharam a inflação do período.

O pior, no entanto, é que a dívida global da Santa Casa chega a 24 milhões de reais, sendo 20 milhões de dívidas com encargos sociais. A dívida mais urgente a ser paga importa em 4 milhões e é cobrada por fornecedores. A situação se complicou a partir de 1994, segundo dados estatísticos levantados pela própria direção do hospital. A inflação do período 1994 a 1998 foi de 260%. Sabem de quanto foi o reajuste dos valores do SUS no mesmo período? Apenas 62 %.

Agora vejam como a situação é grave. Vamos a mais um exemplo: um paciente passou recentemente 11 dias internado na Santa Casa com grave problema de pulmão. A conta foi de R\$ 4.000,00. O SUS repassou para a Santa Casa apenas 641 reais. Aí está o furo. A Santa Casa precisa de todos nós. Vamos formar uma corrente para não deixar esta esperança de vida do povo fechar.

Com o fechamento da Santa Casa fecha também o hospital psiquiátrico São Vicente de Paula, onde estão internados atualmente 120 pacientes com distúrbios mentais. Também dependem da manutenção da Santa Casa o Cemitério São João Batista e a Casa de Saúde Dr. Eduardo Salgado.

Há, no entanto, o que se elogiar na Santa Casa. O trabalho incansável de seus provedores, homens sérios e honrados. A partir de 1997 eles iniciaram um trabalho ímpar com a recuperação da cozinha e da lavanderia. Era pouco. Depois, com ajuda do Exército Brasileiro, pintaram o prédio, recuperaram o telhado, capela, reequiparam as salas de cirurgia, UTIs, enfermarias, enfim, tudo está bonito. Mas tudo isto é pouco se os dirigentes da Santa Casa não tiverem o nosso apoio.

Todos, de mãos dadas, vamos ajudar a salvar a Santa Casa. A Assembléia Legislativa, o Governo do Estado, o

Judiciário, os tribunais de contas, ministério público, a Igreja, entidades federais e municipais, lideranças empresariais e comunitárias.

O que nos anima é vermos uma luz no fim do túnel.

A Santa Casa não pode fechar. Este é meu apelo.

Muito obrigado.

CICLO DE DEBATES UTOPIA XXI – A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E SEUS REFLEXOS.

07.05.99

Plenário da ALEC

É com grande satisfação que damos seqüência ao CICLO DE DEBATES UTOPIA XXI – O ESTADO E A SOCIEDADE QUE QUEREMOS e hoje, especialmente, quando recebemos nomes tão significativos da política local e nacional para debater um tema de grande relevância para todos nós brasileiros.

O Ciclo de Debates foi iniciado no último dia 6 de abril, quando neste plenário foi discutida A Reforma da Previdência Social na América Latina e no Brasil. Aqui estiveram importantes personalidades discutindo o assunto.

Depois, no dia 30 de abril, lançamos o Circuito Universitário, que também contribuiu ainda mais para a aproximação da sociedade do parlamento. Este é o desejo dos que fazem a Assembléia Legislativa.

Nesta oportunidade, queremos reafirmar, em nome da Presidência e da Assembléia Legislativa, o nosso desejo de continuar a proporcionar oportunidades à sociedade para, juntamente com o parlamento, discutir e refletir sobre propostas que possibilitem o fortalecimento do poder político, da organização da sociedade e de um estado democrático forte e eficaz a serviço do cidadão. Uma relação pró-ativa entre o Estado e a Sociedade, de mãos dadas para a construção de um Brasil – e especificamente de um Ceará – desenvolvido de forma sustentável nos campos político, econômico, social e ambiental.

É nesse contexto de concretizar os nossos sonhos e por acreditar que só será possível se agirmos hoje com velocidade

suficiente para podermos influenciar nos resultados do futuro. A REFORMA POLÍTICO – PARTIDÁRIA E SEUS REFLEXOS é um tema tão complexo que transcende à classe política.

Temos certeza de que, no final desta manhã, estaremos mais esclarecidos e com mais conhecimento sobre a matéria, por contarmos com convidados especiais de alta competência para tratar da questão: o senador Sérgio Machado, relator do substitutivo da Reforma Político-partidária; o senador Roberto Freire; e o deputado federal Haroldo Lima.

A ASSEMBLÉIA E A SOCIEDADE EM DEFESA DO CARIRI

10.05.99
URCA - Crato

Senhoras e senhores deputados, prefeitos, vereadores, jornalistas e autoridades aqui presentes,

Num mundo cada vez mais globalizado, o poder econômico vem-se concentrando nas mãos de poucos, num processo em que o capitalismo selvagem e improdutivo prolifera. A realidade que nos cerca é marcada por uma diversidade de profundas mudanças nos campos econômico, social e político.

O desenvolvimento tecnológico avança em ritmo acelerado, provocando impactos devastadores em certas áreas e animadoras em outras. Os Estados Nacionais vêm tendo os seus papéis minimizados e conseqüentemente suas naturezas alteradas. Poucos têm o poder de contrapor os efeitos negativos do processo excludente da globalização, em que prevalece a lógica do mercado, do individualismo e do vencedor a qualquer preço.

A crise do sujeito político também é um fato. Observa-se um processo de descrédito da classe política, decorrente, principalmente, do comportamento pouco ético de considerável parcela dos nossos homens públicos.

Não resta dúvidas que precisamos reagir a esta situação que estamos vivenciando e modificá-la, contribuindo, assim, para a construção do futuro que desejamos. Para atingirmos uma nova ordem pautada na ética, na solidariedade, no respeito aos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na democracia, imperativo se torna encarar, de forma radical,

questões relativas ao fortalecimento do arranjo institucional que dá sustentação a democracia representativa.

É necessário redimensionar os sistemas eleitoral, partidário e de governo, a fim de que assegurem a igualdade política, a soberania popular e a garantia dos direitos humanos.

Precisamos entrar no próximo século com instituições políticas básicas aperfeiçoadas que possibilitem uma adequada convivência social e a coexistência de um Estado, um mercado e uma sociedade organizada que produzam mais bem-estar e menos desigualdades.

Necessário se faz aprofundar e reproduzir de forma intensiva e permanente a democracia em diferentes recantos do nosso país e, em particular, no nosso Estado, visto que é através dela que poderemos assegurar os direitos e as liberdades dos cidadãos, possibilitando a promoção do progresso e da justiça social.

Nós, que fazemos a Assembléia Legislativa, conscientes de que é impossível realizar ações políticas eficazes de forma isolada, vimos realizando parcerias, compartilhando esforços, canalizando vontades e sonhos para podermos, em conjunto com a sociedade civil organizada, setores populares e classe empresarial, agir agora para influir no futuro e transformar em realidade o que hoje chamamos de sonho.

Com base nesses cenários, imprescindível se faz o envolvimento das Universidades neste processo de construção coletiva de reflexão e proposição de alternativas para enfrentarmos os desafios de diferentes matizes com os quais hoje nos deparamos. Somente dessa forma poderemos atingir a situação desejada para nossos filhos e descendentes.

Nas Universidades estamos buscando os ensinamentos, a fundamentação teórica, a parceria para transformar a realidade vigente das nossas comunidades, levando em conta que são vocês, que fazem as universidades, que formam os

gestores, os gerentes e os formadores de opinião, base do segmento pensante e atuante do Estado organizado.

Aproveito, para parabenizar a Reitora Violeta Arraes e o corpo docente e discente na URCA pelo trabalho desenvolvido. A repercussão deste trabalho em Fortaleza tem sido o mais elogiado possível. Acredito que estas notícias alvissareiras também sejam comuns noutros estados brasileiros e noutros países. Portanto, parabéns a todos.

Na Assembléia Legislativa temos feito um trabalho diuturno para nos aproximar da sociedade. Queremos a sociedade, principalmente as universidades, perto de nós para que possamos discutir com maior profundidade as grandes questões locais e nacionais. Lançamos, por sinal, um Ciclo de Debates chamado UTOPIA XXI, onde temos a oportunidade de fazer um debate de alto nível. Isto é salutar e democrático.

Estamos aprofundando o processo de interiorização da Assembléia Legislativa. Entendemos que o interior tem tudo para contribuir com o desenvolvimento do Ceará com maior rapidez. É por isso que defendo com todo ardor a implantação aqui no Cariri da Faculdade de Medicina.

Temos a convicção de que não é fácil, mas a presidência da Assembléia Legislativa tem a certeza da disposição de nossa bancada. Todos os deputados estaduais votados no Cariri estão empenhados na questão. A decisão é política e temos que jogar pesado para não perdermos a oportunidade.

Eu, particularmente, apresentei, e o plenário aprovou no dia 30 de novembro do ano passado, requerimento de apoio à decisão do Conselho Estadual de Saúde aprovando a implantação da Faculdade. Mais recentemente, no dia 28 de abril, outro requerimento de nossa autoria foi aprovado pela unanimidade da Casa solicitando o esforço dos ministros da Saúde e da Educação na implantação da Faculdade.

De próprio punho escrevi uma carta para os dois ministros – José Serra e Paulo Renato de Sousa – pedindo o empenho deles nesta reivindicação do Cariri. Como médico, entendo que a implantação da Faculdade de Medicina vai beneficiar não apenas o Cariri, mas todo o Ceará.

A luta é árdua, como disse, mas os caririenses têm força suficiente para vencê-la.

Assim, entendemos que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará trilha no caminho correto para o fortalecimento do progresso do Ceará. Precisamos, no entanto, da parceria da sociedade e das universidades na resolução das questões de um projeto sustentável para todos nós cearenses.

Lembro que no dia 11 de março de 1997, como integrantes da bancada do Cariri na Assembléia Legislativa, endereçamos um manifesto ao Sr. Governador do Estado em que alertávamos nossa preocupação para os indicadores sócio-econômicos da região com base em dados do Iplance – Instituto de Planejamento do Ceará. Já naquela oportunidade, pedíamos a parceria da Secretaria de Planejamento do Estado e da própria Universidade Regional do Cariri na elaboração de um projeto Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o Cariri.

O documento foi assinado por sete deputados estaduais: Antônio Tavares, hoje conselheiro do TCM, Carlos Cruz, Eudoro Santana, Gorete Pereira, Manuel Veras, Raimundo Macedo e Welington Landim.

Deste modo, não tenho dúvida de que a bancada do Cariri na Assembléia Legislativa corresponde às expectativas que o povo lhe confiou.

Temos certeza de que, sem o apoio dos senhores, jamais chegaremos aos nossos objetivos.

Muito obrigado.

A REALIDADE DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

06.06.00

Plenário da ALEC

O Estado do Ceará possui 103 açudes de médio e grande portes com capacidade para acumular 10 bilhões de metros cúbicos d'água. Esta expressiva infra-estrutura de recursos hídricos, construída nos últimos cem anos, vem sendo monitorada pelo Governo do Estado, através da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, conhecida como COGERH, em convênio com o DNOCS.

Os dados levantados mais recentemente apontam com pessimismo para dificuldades de recarga da grande maioria destes açudes. Em todos os reservatórios existentes só temos acumulados três bilhões e meio de metros cúbicos d'água. Isto significa somente 35 por cento da capacidade total dos açudes. Apesar das últimas chuvas, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, não temos água suficiente para agüentar mais uma estiagem. O clima ainda é de expectativa. Na maioria das regiões do Estado não choveu o suficiente para nos tranquilizar e aqui vou provar o porquê.

As populações de Canindé e Baturité atravessaram situação desesperadora em fevereiro, março e abril passados, com os reservatórios no porão. Os carros-pipa foram a solução. A situação melhorou com as últimas chuvas, mas o quadro ainda é muito preocupante.

O Açude Poço da Pedra, de Campos Sales, deputados Carlos Cruz e Sineval Roque, chegou ao porão angustiando as populações da zona urbana do município. Hoje, o açude está com um acúmulo d'água de apenas 12 por cento de sua capacidade. É preciso lembrar que em 1998, mesmo seco, este açude recebeu dois metros e setenta centímetros de água,

enquanto agora o nível da água só aumentou em vinte e cinco centímetros.

Relatórios da COGERH sinalizam que os maiores problemas estão concentrados nas regiões do Vale do Inhamuns, do Jaguaribe e Cariri Ocidental. De março até hoje, os 104 reservatórios cearenses só ganharam sete vírgula cinco por cento de suas capacidades.

Não é boa, Deputado Vasques Landim, a situação da Bacia do Rio Salgado. Em Cedro, o recém-inaugurado Açude Ubaldinho conta apenas com nove por cento de sua capacidade. A Barragem dos Prazeres, em Barro, deverá comprometer o projeto de irrigação do município. O Quixabinha, em Mauriti, também não recebeu grandes cheias, acumulando a esta altura apenas onze por cento de sua capacidade.

Nos Sertões de Crateús e nos Inhamuns, deputados Manoel Veras, Pedro Timbó, Idemar Citó e Domingos Filho, onde os senhores obtiveram expressivas votações, os açudes de Monsenhor Tabosa e Independência, recentemente inaugurados, ainda não receberam água para garantir uma safra.

No Sertão Central a situação ainda aflige, deputados Ilário Marques e Osmar Baquit. O Açude Sousa, em Canindé, tem apenas dois por cento da sua capacidade e o Trapiá, em Caridade, só conta com cinco por cento do seu potencial hídrico. Em Quixadá, o Cedro só conta um e meio por cento, e o Cipoada, na Morada Nova, do companheiro Tourinho Filho, só tem 15 por cento de sua capacidade depois de ter chegado no porão.

O Vale do Jaguaribe tem tido pouca sorte com as chuvas dos últimos anos. Alto Santo, que era abastecido por poços construídos há mais de dez anos nas margens do Rio Figueiredo, que sempre garantiram o abastecimento da cidade,

agora secaram, levando a população a ser atendida com carro-pipa.

A Região do Vale do Jaguaribe nas extremas do Rio Grande do Norte, de Potiretama, Iracema e Pereiro, tem sérios problemas de recarga dos açudes e irregularidade de chuvas.

Não se pode negar que em algumas regiões o inverno vem sendo regular e acima da média. Na Zona Norte, a deputada Patrícia Gomes e os deputados Moésio Loiola, Chico Aguiar e Gony Arruda estão de parabéns, três açudes estão sangrando: o Acaraú Mirim em Massapê; o Aires de Souza em Sobral; e o Trapiá Três, em Coreaú; enquanto que o recém construído Açude Gongorra, em Granja, já conta com mais da metade da sua capacidade de 62 milhões de metros cúbicos d'água.

Se os sertanejos de parte do Cariri e da Zona Norte podem comemorar, os invernos têm servido como paliativos para a adoção de projetos e medidas auto-sustentáveis.

Olhando para as últimas secas, lembramos que a cada inverno os projetos de soluções definitivas são adiados e novamente se cai no círculo vicioso de esperar a nova estiagem para discutir novamente o assunto.

É hora, senhores deputados, sem querer ser catastrófico, de olharmos para a nossa vizinha capital do Pernambuco, a cidade do Recife, onde o racionamento já se estende por períodos de dez dias seguidos. Ali, a imprevidência dos governos para atrair soluções para o problema, levou toda a população de uma das maiores regiões metropolitanas do País ao risco de viver sem o bem de consumo mais importante para garantir qualidade de vida.

Estivemos em contato com o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco e o deputado José Marcos de Lima nos declarou que a situação torna-se insustentável, principalmente nos municípios de Salgueiro e Cabrobó, no

Sertão, e Pesqueira e Arco-Verde, no Agreste, além da Grande Recife.

Até o município pernambucano de Gravatá, conhecido como a “Suiça do Nordeste”, passa dificuldade. Pela primeira vez, nos últimos 106 anos, não há água nos chuveiros de Gravatá. A alternativa em Gravatá - vejam os senhores - é esperar os catorze vagões do trem-pipa, que tira água do município de Santo Antônio Agostinho. Isto é simplesmente humilhante, meus senhores.

Vejam agora uma notícia da edição de hoje no Jornal do Comércio, de Pernambuco. “Água gera briga política no Agreste - Na maioria dos municípios, pelo menos uma das denúncias feitas é sobre o abastecimento de água. E não poderia ser diferente em Brejo da Madre de Deus, no agreste do estado a 219 quilômetros do Recife. Lá, a oposição está acusando o prefeito José Inácio de cobrar uma taxa para a retirada de água de uma barragem construída pela Prefeitura. O prefeito nega e diz que a orientação é de que as pessoas que retiram água do local colaborem com o vigia da barragem com o valor de um real”.

João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, estão em condições semelhantes. Conversamos também com o presidente daquela Assembléia Legislativa, Antônio Nominado, e recebemos péssimas notícias sobre a falta d'água. No ano passado, quando estivemos em João Pessoa, só para lembrar aos senhores, o então deputado estadual paraibano Tarcísio Telino disse uma frase que me marcou. Disse ele na oportunidade, “A Paraíba não quer água para irrigar, não. Nossa questão é mais delicada. É de sobrevivência. Queremos água é para beber “.

Mas meus amigos. Ainda no decorrer de 1993, as previsões para o Ceará apontavam para uma quadra invernososa abaixo da média e o então Governador Ciro Gomes tomou

decisões de racionamento e bombeamento das águas do Açude Pacajús via canal do Trabalhador, terminando por evitar um colapso. Talvez esta preocupação não tenha se registrado noutros Estados.

Mesmo assim, a Região Metropolitana de Fortaleza, que concentra mais de um terço da população do Estado, ainda não pode abaixar a guarda, pois os reservatórios não foram totalmente recarregados, apesar de que nos últimos dois dias terem recebido 13 milhões de metros cúbicos d'água. O sistema Riachão, Gavião, Pacotí e Acarape do Meio tem capacidade para setecentos milhões de metros cúbicos e só conta com cento e oitenta milhões de metros cúbicos d'água. Isto obriga o bombeamento, via canal, de pelo menos três metros cúbicos por segundo diariamente.

Temos acompanhado nos últimos 20 dias a evolução do volume d'água nos principais açudes do Ceará. E a situação tem melhorado muito pouco, apesar das chuvas.

O sistema que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza, por exemplo, estava há 20 dias com quinze por cento de sua capacidade. Vejam este detalhe: Há dez dias o volume do sistema caiu de 15 por cento para 14 por cento devido, justamente, ao alto consumo de Fortaleza. Hoje, o sistema tem 19 por cento. Tem chovido muito na Região Metropolitana, mesmo assim a quantidade d'água é muito pouca.

Todo ano é assim nesta época. As chuvas que caem deixam as pessoas acomodadas. Ninguém mais se lembra do segundo semestre de cada ano, quando a água fica escassa.

É claro que os bons ventos do Senhor que irão trazer o milênio vão nos garantir junto um bom inverno, mas é dever desta Casa e do Governo cerrar fileiras e esforços para evitar que surpresas desagradáveis estraguem a virada do século.

Também é notícia de hoje do Diário do Nordeste. Americano prevê mais cinco anos de seca para o Nordeste.

Vamos ao primeiro parágrafo da notícia “A virada do século não será nada promissora para o Nordeste. A região será assolada pela pior seca, desde a que abalou os estados entre 1979 e 1983. O quadro sombrio é pintado pelo meteorologista norte-americano Christian Jeppene. Ele anunciou que a temperatura no Pacífico aumentou dos 26 graus para 33 graus. Os principais responsáveis são o gás carbônico lançado na atmosfera e o desmatamento. A seca já está prevista. Falta agora elaborar um plano para ajudar a região”.

Assim, quero renovar os termos do pronunciamento feito por mim desta Tribuna em 14 de outubro de 1997, quanto conclamei a todo o Nordeste para que se unisse na luta pela Transposição de Águas do Rio São Francisco. Naquele momento iniciamos uma luta fraterna para colher um milhão de assinaturas. Mobilizamos lideranças políticas, empresariais, estudantis e comunitárias em torno da única saída para a garantia de abastecimento d’água para o Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Pela luta da Transposição um bom caminho já foi percorrido. O Governo Federal assumiu a causa com denodo e vem garantindo recursos para os estudos técnicos definitivos sobre o assunto.

É imprescindível relembrar que os custos iniciais programados para executar as obras da transposição, as barragens, os canais e túneis necessários para distribuir a água e a instalação de projetos de irrigação estão pré-orçados em dois bilhões de reais. Este valor correspondente aos gastos da União Federal para manter o Programa de Emergência durante 18 meses nos estados da Federação atingidos pela seca.

Não podemos deixar de dizer que o Nordeste é sempre discriminado. Poderíamos aqui enumerar vários exemplos de discriminação para com os nordestinos, mas citaremos apenas alguns, tais como: recentemente, e em tempo recorde, o

Governo Federal inaugurou o gasoduto Bolívia-Brasil, no qual gastou dois bilhões de dólares; A Itaipu binacional consumiu 22 bilhões de dólares; A Ponte Rio-Niterói custou a bagatela de quatro bilhões; a despoluição do Rio Tietê, em São Paulo, três bilhões e meio de dólares; e o famigerado Proer jogou fora 21 bilhões de dólares para salvar bancos falidos.

Em tempos de emergência, os descontingenciamentos de recursos orçamentários impõem-se de modo humanitário e a cada seca repetem-se os mesmos modelos de exploração da miséria dos nordestinos. A submissão humana e a degradável dependência da esmola pública.

O Nordeste já deu repetidas mostras de sua coragem e de sua fibra, e desde os tempos do Império, as jóias da coroa não foram empenhadas na solução do problema, que a cada vez que se repete, mais envergonha nosso povo pela dependência e nossas elites políticas pela incapacidade de apresentar soluções.

Quero, já abusando da boa vontade dos companheiros desta Casa, aproveitar para conclamar todos a continuarmos o movimento em prol da execução do projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco como única e derradeira forma para dar soluções definitivas à aflição dos nossos conterrâneos nordestinos.

Quero, ainda, conclamar o apoio da unanimidade desta Casa para aprovarmos requerimento e enviá-lo a todos os membros da bancada federal do Ceará para que cerrem esforços, efetivamente, no sentido de evitar todo e qualquer corte ou contingenciamento de recursos previstos para a execução das obras do Castanhão. Lembramos ainda que o abastecimento de várias regiões do Estado dependem, fundamentalmente, do aumento das reservas hídricas existentes.

Lembramos a todos que somente com a construção do Castanhão e da Transposição é que teremos chances de

executar completamente o ambicioso projeto de interligação de bacias, conhecido como PROGERIRH, cuja primeira fase, já aprovada pelo Banco Mundial, prevê a construção de 14 barragens e vários eixos de integração, levando água a centenas de localidades para consumo humano e produção.

Quero concluir alertando para os riscos do conflito federativo, que se pode estabelecer com Minas e Bahia. Estes dois estados estão atraídos por discursos mesquinhos de lideranças distantes dos importantes efeitos da Transposição. Lembramos que muita água do Velho Chico ainda é lançada ao mar. Aqui, esta água desperdiçada falta para aplacar a sede de muitos dos nossos conterrâneos.

Vejam só como é questão de egoísmo. O Rio São Francisco despeja no Oceano Atlântico 2.060 metros cúbicos d'água por segundo nos períodos de cheia. Lutamos por apenas três por cento desta vazão. Atualmente, o Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Secretaria Especial de Políticas Regionais, está concluindo estudos para delinear o verdadeiro dimensionamento do projeto e sua viabilidade técnica.

ESTUDOS TÉCNICOS

Estudos cartográficos (INPE)

Estudos de impacto ambiental (Ibama)

Estudos de inserção regional (Empresa cearense VBA).

Estudos de viabilidade técnica (engenharia propriamente dito) - Consórcio Engecorps, do Brasil, e Harza, dos Estados Unidos.

Portanto, senhoras deputadas, senhores deputados, tudo depende de nós. Vamos nos unir. Vamos todos dar as mãos num projeto que nos interessa diretamente. Esta luta não é apenas da Assembléia Legislativa, mas de todo o Ceará.

Muito Obrigado.

A SITUAÇÃO HÍDRICA DO CEARÁ E A IMPORTÂNCIA DA TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

11.11.99

Plenário da ALEC

O projeto de transposição de águas do Rio São Francisco é uma luta secular. Em 1847 o intendente Antônio Marcos de Macêdo, aqui do nosso vizinho Crato, já havia manifestado a idéia da transposição. Também da cidade do Crato, outro intendente, José do Paço Porbem Barbosa, na mesma época, defendeu o projeto e com mais ênfase, elaborando inclusive projeto sobre a viabilidade da transposição.

No período entre 1852 a 1854 o engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Malfeo fez um levantamento detalhado do Vale do Rio São Francisco, cujo documento foi denominado Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio São Francisco, desde a Cachoeira do Rio Pirapora até o Oceano Atlântico. Veja bem: este trabalho foi feito por determinação de Dom Pedro II.

Em 1856, uma comissão científica liderada pelo Barão de Capanema indicava a abertura de um canal ligando o Rio São Francisco ao Rio Jaguaribe, a construção de 30 açudes e aberturas de fontes artesianas.

Em 1908, o escritor Euclides da Cunha elaborou um plano estratégico denominado Cruzada Contra o Deserto, que propunha a distribuição de águas do Rio São Francisco para o Jaguaribe e rios do Piauí.

Já em 1913, a extinta IFOCS - Inspeção Federal de Obras contra as Secas - realizou estudos e propôs a construção de um túnel de 300 km de extensão com uma profundidade de

250 metros. Em 1919, a mesma IFOCS realizou novos estudos, chegando à conclusão desfavorável da construção do canal.

A partir daí, o debate ficou em silêncio até a década de 60, quando foi retomado pelo então deputado pelo município de Jardim, Wilson Roriz, que propôs o aumento do canal de adução e permitindo uma nova perspectiva para a viabilização do projeto.

Em 1981, o extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS - elaborou um anteprojeto de engenharia de transposição de águas do Rio São Francisco para as Bacias do Rio Jaguaribe, Piranhas e Apodi. Este projeto foi concluído em 84.

Em 1984 o Ministério da Integração Regional elaborou projeto básico de engenharia, que previa uma retirada de 180 metros cúbicos de água por segundo em duas etapas, sendo 70 metros na primeira etapa e 110 metros cúbicos por segundo na segunda etapa. É bom lembrar que o Rio São Francisco despeja no Oceano Atlântico 2.060 metros cúbicos por segundo nos períodos de cheia. Lutamos por apenas três por cento desta vazão.

Atualmente, o Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Secretaria Especial de Políticas Regionais, está concluindo estudos para delinear o verdadeiro dimensionamento do projeto e sua viabilidade técnica.

Todos sabemos da instabilidade climática do Nordeste, que coloca em risco a sobrevivência de uma boa parte da população. Sabemos também que o problema do Nordeste é decisão política, ou seja, existe descaso para com o Nordeste. Daqui a pouco mostrarei aos senhores números que comprovam este descaso.

Obras importantes, como a transposição, que daria dignidade ao povo Nordestino, ficam em segundo plano. A transposição vai gerar 350 mil empregos diretos e indiretos e irrigar 300 mil hectares de terras, incrementando a produção

agrícola com culturas nobres, o que aumentaria a arrecadação tributária na ordem de 100 milhões de dólares. Além disso, a transposição iria ofertar água bruta para o abastecimento industrial e água potável, melhorando consideravelmente a saúde e a higiene da população. Não bastasse isso, com o projeto já em funcionamento, seria reduzido o êxodo rural, consolidando e dignificando a família nordestina, além de fortalecer os setores agroindustriais.

Poderíamos aqui passar muito tempo mostrando os benefícios e a viabilidade econômica e social da transposição. Gostaríamos de dizer aos senhores que quando se tem vontade política e espírito público os desafios são pequenos diante da grandeza de salvar vidas.

Para citar exemplos internacionais fazemos questão de ressaltar que os Estados Unidos, na década de 30, na mais brutal recessão já conhecida da história, gastaram cinco bilhões de dólares com a transposição de águas dos rios Colorado e São Joaquim, ultrapassando serras de até 30 Km de extensão para transformar um de seus maiores desertos, na Califórnia, no quinto maior produtor de alimentos do mundo. Outros países também fizeram escola na política agrícola de irrigação, como: Espanha, Polônia, Israel e Chile.

Com a transposição de águas do Rio São Francisco, teríamos a garantia do aproveitamento das águas que vão para o mar. Durante o período de outubro a março teríamos a certeza de que nossos reservatórios ficariam cheios só com o excesso de água que corre para o Oceano Atlântico. Para os senhores terem uma idéia, a vazão média diária das águas do São Francisco que correm para o mar fica entre 1.800 metros cúbicos por segundo em períodos de cheia. Queremos muito pouco. Apenas dois por cento da água que é jogada no mar nos períodos de cheia e três por cento nos períodos normais.

Estou editando um livro com todos estes dados. Aqui temos dados de primeira mão para mostrar aos senhores...

Agora vejamos a situação hoje do Estado do Ceará. O Ceará possui 103 açudes de médio e grande porte com capacidade para acumular 10 bilhões de metros cúbicos d'água. Esta expressiva infra-estrutura de recursos hídricos, construída nos últimos cem anos, vem sendo monitorada pelo Governo do Estado através da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, conhecida como COGERH em convênio com o DNOCS.

Os dados levantados mais recentemente apontam com pessimismo para grandes dificuldades de recarga destes açudes. Em todos os reservatórios existentes, após os primeiros quatro meses do ano, só temos acumulados três bilhões e meio de metros cúbicos d'água.

Embora tenha chovido em várias regiões do Estado, com índices pluviométricos dentro da normalidade, a situação aponta para escassez d'água até para consumo humano. A maioria foi de chuva de baixa intensidade, sem garantir a recarga dos reservatórios.

As perspectivas não boas para a Região Metropolitana de Fortaleza. Ainda no decorrer de 1998 as previsões para o Ceará apontavam para uma quadra invernal abaixo da média e o Governo do Estado tomou decisões de racionamento e bombeamento das águas do Jaguaribe via canal do Trabalhador, terminando por evitar um colapso. Talvez esta preocupação não tenha se registrado noutros Estados.

Mesmo assim, a Região Metropolitana de Fortaleza, que concentra mais de um terço da população do Estado, ainda não pode abaixar a guarda, pois os reservatórios não foram recarregados: O sistema Riachão, Gavião, Pacotí e Acarape do Meio tem capacidade para setecentos milhões de metros cúbicos só conta com cento e sessenta. Isto obriga o bombeamento, via canal, de pelo menos cinco metros cúbicos por segundo a partir deste mês para evitar o colapso.

A situação da Bacia do Rio Salgado, que nos interessa mais de perto, não é das piores, mas é preocupante.

Destacamos apenas o recém-inaugurado Açude Ubaldinho, no Cedro, que conta apenas com nove por cento de sua capacidade. A Barragem do Prazeres, em Barro, deverá comprometer o projeto de irrigação do município. O Quixabinha, em Mauriti, também não recebeu grandes cheias, acumulando a esta altura apenas doze por cento de sua capacidade. O Açude Atalho tem 21 por cento de água acumulada. A capacidade do Atalho é de 108 milhões de metros cúbicos d'água, mas está com apenas 23 milhões. Esperamos, Deus, que continue chovendo na nossa Região.

Olhando para as últimas secas, lembramos que a cada inverno os projetos de soluções definitivas são adiados e novamente se cai no círculo vicioso de esperar a nova estiagem para discutir novamente o assunto.

É hora, meus senhores, sem querer ser catastrófico, de olhar para a nossa vizinha capital do Pernambuco, a cidade do Recife, onde o racionamento já se estende por períodos de dez dias. Alí a imprevidência dos governos para atrair soluções para o problema levou toda a população de uma das maiores regiões metropolitanas do País ao risco de viver sem o bem de consumo mais importante para garantir qualidade de vida.

Estivemos em contato com o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco e o deputado José Marcos de Lima nos declarou que a situação torna-se insustentável, principalmente nos municípios de Salgueiro e Cabrobó, no Sertão, e Pesqueira e Arco-Verde, no Agreste, além da Grande Recife.

João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, estão em condições semelhantes. Conversamos também com o presidente daquela Assembléia Legislativa, Antônio Nominado, e recebemos péssimas notícias sobre a falta d'água. No ano passado, quando estivemos em João Pessoa, só para lembrar, o deputado estadual paraibano Tarcisio Telino disse uma frase que me marcou. Disse ele na oportunidade; “A

Paraíba não quer água da transposição para irrigar, não. Nossa questão é mais delicada. É de sobrevivência. Queremos água é para beber”.

Em Sergipe, o presidente Reinaldo Moura também foi enfático em relatar a situação.

É claro que os bons ventos do Senhor que irão trazer o milênio vão nos garantir junto um bom inverno, mas é nosso dever cerrar fileiras e esforços para evitar que surpresas desagradáveis estraguem a virada do século.

Assim, quero renovar os termos do pronunciamento feito por mim na Assembléia Legislativa em outubro de 1997, quanto conclamei a todo o Nordeste para que se unisse na luta pela Transposição de Águas do Rio São Francisco. Naquele momento mobilizamos lideranças políticas, empresariais, estudantis e comunitárias em torno da única saída para a garantia de abastecimento d’água para o Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Temos a convicção da magnitude da obra de transposição, hoje unanimidade de todas as correntes ideológicas. Todos sabemos da instabilidade climática do Nordeste, que coloca em risco a sobrevivência de uma boa parte da população. Hoje, graças a Deus, a transposição é defendida por todos os homens de consciência e de responsabilidade. Entrei nesta luta porque sou homem do sertão, como a maioria de vocês. Fui prefeito e sei o sofrimento que passa o homem do campo. A proposta de união foi e sempre será o grande mérito desta campanha pró-transposição de águas.

Temos o orgulho de coordenar um movimento regional pela transposição. Colhemos um milhão de assinaturas. Estivemos nas assembleias legislativas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Achemos, no entanto, que não há uma mobilização suficiente por parte da bancada nordestina do

Congresso Nacional. Pelo menos em termos de assembléias legislativas e comunidades estamos fazendo a nossa parte.

Não sejamos, no entanto, pessimistas. A obra da transposição vai sair. É apenas uma questão de paciência e de tempo. Pela luta da Transposição, um bom caminho já foi percorrido.

É imprescindível repetir que os custos iniciais programados para executar as obras da transposição, as barragens, os canais e túneis necessários para distribuir a água e a instalação de projetos de irrigação estão pré-orçados em dois bilhões de reais.

Poderíamos aqui enumerar vários exemplos de discriminação para com os nordestinos, mas citaremos apenas alguns, tais como: recentemente, e em tempo recorde, o Governo Federal inaugurou o gasoduto Bolívia-Brasil, no qual gastou dois bilhões de dólares; A Itaipu binacional consumiu 22 bilhões de dólares; A Ponte Rio-Niterói custou a bagatela de quatro bilhões; a despoluição do Rio São Tietê, em São Paulo, três bilhões e meio de dólares; e o famigerado Proer jogou fora 21 bilhões de dólares para salvar bancos falidos.

E tem mais: Estes dois bilhões de reais para executar o projeto de transposição correspondem aos gastos da União Federal para manter o Programa de Emergência durante 18 meses nos estados da Federação atingidos com a seca.

Em tempos de emergência, os descontingenciamentos de recursos orçamentários impõem-se de modo humanitário e a cada seca repetem-se os mesmos modelos de exploração da miséria dos nordestinos. A submissão humana e a degradável dependência da esmola pública.

O Nordeste já deu repetidas mostras de sua coragem e de sua fibra e desde os tempos do Império as jóias da coroa não foram empenhadas na solução do problema, que a cada vez que se repete, mais envergonha nosso povo de dependência e nossas elites políticas pela incapacidade de apresentar soluções.

Quero concluir alertando para os riscos do conflito federativo, que se pode estabelecer com Minas e Bahia. Estes dois estados estão atraídos por discursos mesquinhos de lideranças distantes dos importantes efeitos da transposição.

Finalizando, minhas senhoras e meus senhores, queremos demonstrar que o Nordeste, tem todas as condições de viver com dignidade, pois com a execução da Transposição de Águas do Rio São Francisco haveria a perenização de 2.100 km de rios secos, onde pelo menos 6 milhões de habitantes seriam abastecidos pelas águas, beneficiando 200 municípios e permitindo o desenvolvimento de projetos de irrigação de fruticultura, culturas permanentes e alternativas.

Outro fator importante para o Ceará com a execução da transposição é a integração de bacias, projeto primordial para o alavancamento do progresso e desenvolvimento.

Concluindo, meus amigos, queremos mais uma vez ressaltar que quando realmente se quer vencer desafios, os obstáculos se tornam pequenos, diante da grandeza da obra.

Vamos nos unir. Vamos todos dar as mãos num projeto que nos interessa diretamente. Esta luta não é apenas da Assembléia Legislativa, nem do Cariri, mas de todo o Ceará.

Muito Obrigado.

A ASSEMBLÉIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

26.05.00

Plenário da ALEC

Magnífico Reitor da UFC Prof. Roberto Cláudio, deputados, prefeitos, vereadores, jornalistas, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

O final do Século XX está sendo marcado por grandes transformações, que podem ser expressas pelo signo da desarticulação entre a economia, a sociedade e as instituições políticas. Há um grande descompasso entre os processos de mudanças nos campos citados, em níveis nacional e internacional. Avançam os processos de internacionalização dos mercados e da produção; a expansão do capitalismo não se faz mais através da ligação entre as economias e os estados nacionais. Estes perdem a capacidade de intervenção interna e de agir internacionalmente com certa autonomia. Esta situação faz com que a conciliação entre o estado democrático de direito e o estado social hoje não seja possível. A lógica da globalização financeira é a do dinheiro virtual descolado da economia real e da inexistência de instituições capazes de regular o capital especulativo. Porém as aventuras dos especuladores provocam sérios malefícios econômicos e sociais, nos diferentes países do mundo.

No que se refere à sociedade civil, estamos vivenciando um processo de fortalecimento das lutas que objetivam a democratização do estado e de um aperfeiçoamento da relação estado-sociedade.

Na presente década, é também marcante a globalização da informação que nos parece ser um instrumento valioso para o fortalecimento do processo democrático em nosso país. São

notórias as perspectivas de aumento das exclusões, da extensões sociais e da violência urbana. Como também, prevalece o descrédito na política e nas ações dos políticos por parte de um grande contingente da população brasileira, decorrente, principalmente, do comportamento pouco ético de considerável parcela dos nossos homens públicos.

Não restam dúvidas que precisamos reagir a esta situação que estamos vivenciando e modificá-la, contribuindo, assim, para a construção do futuro que desejamos. Para atingirmos uma nova ordem pautada na ética, na solidariedade, no respeito aos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na democracia, imperativo se torna encarar, de forma radical, questões como a construção de um novo arcabouço social e político capaz de dar sustentação à democracia representativa e de assegurar a igualdade política, a soberania popular e a garantia dos direitos humanos.

Precisamos entrar no próximo século com instituições políticas básicas aperfeiçoadas que possibilitem uma adequada convivência social e a coexistência de um Estado, um mercado e uma sociedade organizada, que produzam mais bem-estar e menos desigualdades.

Necessário se faz aprofundar e reproduzir de forma intensiva e permanente a democracia em diferentes recantos do nosso país e, em particular, no nosso Estado, visto que é através dela que poderemos assegurar os direitos e as liberdades dos cidadãos, possibilitando a promoção do progresso e da justiça social. Portanto, para que tenhamos uma autêntica democracia em que prevaleça o amor do bem público.

Nós, que fazemos a Assembléia Legislativa, conscientes de que é impossível realizar ações políticas eficazes de forma isolada, vimos realizando parcerias, compartilhando esforços, canalizando vontades e sonhos para podermos, em conjunto com a sociedade civil organizada, setores populares e classe

empresarial, agir agora para influir no futuro e transformar em realidade o que hoje chamamos de sonho.

Dentro dessas premissas, é que estamos buscando as universidades para participarem desse processo de construção coletiva de refletir, e propor alternativas para diferentes faces da crise que hoje nos deparamos. Somente dessa forma poderemos atingir a situação desejada na relação estado e sociedade que queremos para os nossos filhos e descendentes.

Ao lançamos, na Universidade Federal do Ceará, a versão do circuito universitário do Ciclo de Debates UTOPIA XXI, queremos externar a nossa alegria e a certeza de que o legislativo cearense, de mãos dadas com parceiros estratégicos, como o mundo acadêmico, estará contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento democrático e sustentável para todos nós cearenses.

Aproveitamos para conclamar a comunidade acadêmica da UFC a participar desse processo de reflexão que será desenvolvido pelo INESP e pelos órgãos dessa universidade nos diferentes campus. Por fim, queremos em nome do Prof. Roberto Cláudio agradecer a todos que estão contribuindo para a operacionalização dessa parceria.

A SECA DO NORDESTE: CENÁRIO DE MISÉRIA

07.06.00

Plenário da ALEC

Na última grande seca do Nordeste, em 1993, o Governo Federal gastou em torno de um bilhão de reais em frentes de trabalho e de alimentação com o homem do campo. Com a transposição, pelo menos seis milhões de habitantes da região terão água do Rio São Francisco. Serão irrigados trezentos e trinta e três mil hectares.

Fico feliz em saber que toda a sociedade organizada de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande está engajada no movimento e nos incentivando a levar esta luta adiante. Graças a Deus a imprensa do Sul e Sudeste já admitem e até apóiam a idéia da transposição. Antes trabalhavam publicamente contra a obra. Hoje, no entanto, já se enaltece a qualidade do solo nordestino. Quero enfatizar neste momento que nos cinquenta anos de fundação do Estado de Israel já se pode ver a transposição proporcionada a partir de uma decisão política. Israel, que era um deserto, hoje é um dos maiores produtores de frutas e flores do mundo. Israel é um semi-árido produtivo.

O reconhecimento da importância da transposição pela sociedade é que nos dá forças e coragem para continuarmos esta luta.

Não podemos, senhores deputados, em pleno limiar do século vinte e um, assistirmos a cenas grotescas até parecidas com o que nos acostumamos a ver nos países africanos, onde a miséria campeia. No Nordeste já vimos cenas de saques como na África.

Se o projeto de transposição já estivesse concluído, com certeza não teríamos cenas como as que vimos nos últimos

dias. Teríamos água e comida suficientes para manter o homem através de vales irrigados.

Tenho absoluta certeza, repito, que com a transposição o projeto de integração de bacias será a solução do sertão cearense. Em outubro do ano passado, os senhores hão de lembrar da nossa luta pela transposição antevendo o que hoje estamos vendo. O fenômeno “El Niño” estava previsto, mas poucos acreditavam. Porisso, senhores deputados, tentamos desencadear esta luta que agora espero seja concretizada.

Quando da visita do Presidente da República ao Ceará, entregamos um documento historiando o problema e lembrando a promessa feita pelo próprio Presidente em 1994, em Brejo Santo, quando se dispôs à realizar a transposição.

Volto a repetir, muito foi feito neste estado durante os últimos 11 anos, caso contrário, teríamos, ainda, a famigerada indústria da seca. A quantidade de carros-pipa distribuindo água diminuiu consideravelmente, justamente devido a construção de barragens e açudes no interior do Ceará.

Só para darmos uma idéia de como era a situação em maio do ano passado, foram utilizados trezentos carros-pipa, chegando a oitocentos no final do ano. Este ano, quando a situação é muito pior, a previsão é de que o número máximo chegue a trezentos carros-pipa.

O Governo do Estado está destinando duzentos e cinquenta milhões de reais no pagamento de 350 mil trabalhadores rurais envolvidos em projetos, ou seja 70% das famílias da zona rural.

As obras hidro-ambientais, que são os barramentos e a construção de barragens, têm sido uma rotina. Duas grandes barragens já foram construídas e outras sete estão em andamento, inclusive, a construção de um dos maiores reservatórios d’água do país, que é o Castanhão, e que irá irrigar todo o Vale do Jaguaribe e os chapadões de Russas e

Apodi. O Castanhão vai solucionar, definitivamente, a ameaça de falta d'água em Fortaleza.

O Progerirh, que é outro programa, vai construir 14 barragens e eixos de integração para o programa de bacias, gastando somente na primeira fase do Progerirh trinta milhões de dólares.

Todo este esforço, no entanto, torna-se incompleto sem a transposição de águas do Rio São Francisco. Felizmente, todos estão envolvidos e torcem pelo projeto de transposição. As lideranças políticas, empresariais e comunitárias, a sociedade civil organizada, dona de casa, todos estamos conscientes de sua importância e querem a transposição. Tudo graças a um trabalho feito por esta Casa com a ajuda da imprensa, que levou a discussão a todos os recantos do país.

Todas as correntes ideológicas são unânimes em afirmar a importância da transposição. O próprio Lula foi taxativo ao dizer que nada poderá resolver o problema a seca no Nordeste sem a transposição. É disto que precisamos.

O Nordeste tem todas as condições de viver com dignidade, evitando o êxodo rural, que incha os grandes centros. Aqui revelo um dado novo: só no ano passado, dezenove mil agricultores vieram para Fortaleza e a previsão é de que este ano sejam 25 mil. A Defesa Civil de Fortaleza registrou o surgimento de 57 favelas em 97. E olhe que a situação hoje é muito pior.

Quando estivemos em João Pessoa, uma frase de autoria do deputado estadual paraibano Tarcizo Telino ecoou como um apelo: "Não queremos água para irrigar, não, nossa questão é mais delicada. É de sobrevivência. Queremos água é para beber".

Apelo a todas as correntes ideológicas para que nos unamos. Não queremos neste momento ser o dono da verdade.

Precisamos de soluções. Não de paliativos. Ressalto que a pressão da sociedade e o apoio da imprensa nesta luta não é mais apenas do Nordeste e sim do Brasil.

É a segunda batalha que vencemos: a primeira foi a união dos quatro estados. Agora, o Presidente da República admite a importância da transposição e anuncia sua concretização. Temos que acreditar na palavra do Presidente. Importante seria que a obra fosse iniciada ainda este ano.

A pressão da sociedade e a ajuda da imprensa têm que continuar; Não vamos parar com nosso trabalho, custe o que custar.

O Nordeste quer apenas viver com dignidade...

Muito obrigado

COMEMORAÇÃO DOS 45 ANOS DO TCM

24.05.99

Plenário da ALEC

Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Artur Silva Filho

É com enorme satisfação que participo hoje desta programação de comemoração de aniversário dos 45 anos de existência do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Honra-nos, neste momento, a preciosa homenagem de entrega do Troféu Raul Barbosa, cujo maior fato histórico, na condição de Governador do Ceará foi a de, há exatos 45 anos, criar a Corte de Contas dos Municípios cearenses.

Dividindo esta alegria com Ana Rosa Pinto de Macedo, funcionário padrão escolhido este ano, entendo que o TCM ensejou confraternizar-se com os demais Poderes constituídos - Executivo e Legislativo -, fazendo-nos cada vez mais responsáveis pelas importantes funções do controle externo dos poderes estaduais.

São inegáveis os avanços alcançados através da nova sistemática de fiscalização e julgamentos adotados pelo TCM, cuja urgência e contemporaneidade de suas decisões estão cada vez mais mostrando à sociedade os desmandos administrativos, bem como legitimando os bons exemplos de gestão.

Sobre o tema Gestão gostaria de registrar minha profunda convicção de que somente através da escolha de profissionais eficientes, capacitados e moralmente comprometidos com a administração pública poderemos em breve alcançar índices sociais e econômicos de eficiência comparados aos melhores países do mundo.

Louvo de maneira entusiástica as atividades desenvolvidas pelos tribunais de contas na condição de órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas estou certo de que não existe sistema de controle interno ou externo que possa garantir o bom desempenho de programas, projetos, obras e atividades a cargo do Poder Público se estes não forem administrados por pessoas comprometidas com a ética e a serviço da justiça social.

Quero aproveitar este momento para saudar, em memória, o ex-deputado e saudoso conselheiro presidente EufRASINO Neto, que ao longo de uma vida pública dedicada às causas do povo da Ibiapaba e do Ceará, deixou viúva e filhos, sem legar-lhes patrimônio ou fortuna. Muitos de nós, dedicados à vida parlamentar e à defesa do povo do Ceará não é-nos dado o direito de pensarmos no amanhã de nossas próprias famílias.

Quero, também neste momento de confraternização, deixar minha palavra de confiança no futuro do Ceará, que tem conseguido avançar no processo de descentralização e desconcentração do Poder, especialmente nas áreas de educação e saúde, onde importantes progressos foram alcançados pela via da municipalização.

Ao presidente Artur Silva Filho, companheiro, amigo e competente diplomata desta Corte, quero reafirmar nossos propósitos de avançar nesta importante parceria de elucidarmos, juntos, os desmandos da execução de despesas realizadas pelos municípios, principalmente com recursos oriundos do FUNDEF.

Reitero, contudo, que a missão do Tribunal de Contas dos Municípios, por seu competente corpo de funcionários, procuradores e conselheiros, será sempre fundamental para garantir o fiel cumprimento dos objetivos da administração municipal visando o interesse público e a moralidade administrativa, para o quê, em nome do Poder Legislativo, emprestaremos apoio irrestrito e solidário.

Para finalizar, como dizia Aristóteles: A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las.

A todos, o meu muito obrigado.

HOMENAGEM AO DIA DO MÉDICO

19.08.99

Plenário da ALEC

Ao assumirmos a Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará, em fevereiro deste ano, comprometemo-nos que a hora era de união na busca de caminhos que nos levassem a um mundo melhor, a um Brasil mais justo e a um Ceará mais próspero.

Compete-nos arregimentar as forças vivas do Estado, representadas pelos profissionais liberais, servidores públicos, empresários, trabalhadores, estudantes, lideranças religiosas e comunitárias e instituições governamentais e não-governamentais na efetiva idéia da unidade.

Estamos procurando transformar a Assembléia Legislativa numa verdadeira casa de debates, abrindo ainda mais suas portas para a sociedade. Em defesa desta sociedade, tomamos partido pela cidadania contra a exclusão, pela inteligência contra a alienação e pela liberdade contra a manipulação. Nossos valores e nossas ações estão na sociedade, que nos elege, nos dá força e nos torna legítimos. Não temos medo de mudanças. Não podemos temer as ousadias necessárias.

Minha formação acadêmica foi na Universidade Federal de Pernambuco e me especializei no Sudeste do Brasil, mas comecei a desenvolver a profissão de médico no meu Brejo Santo, onde nasci. Sou médico com muito orgulho. Estou presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Alguns dos colegas já trabalharam no interior do Estado e sentiram na pele as dificuldades que passamos. Para que os senhores tenham idéia, basta dizer que dos 5.751 médicos em atividades no Ceará apenas 1.124 trabalham no interior, ou

seja, 80 por cento estão em Fortaleza. Ressalte-se o trabalho de programas de saúde da família de muitos municípios.

Recentemente estivemos em Israel conhecendo os revolucionários projetos de agricultura irrigada. Encontramos alguns médicos em Israel. A maioria perguntou e elogiou o SUS. Na verdade, a concepção do Sistema é elogiável, no entanto, na prática há muitas deficiências que precisam ser corrigidas urgentemente.

Se a medicina no mundo e no Brasil avança numa velocidade-luz, as camadas mais carentes da sociedade são, aos poucos, afastadas do serviço médico. Isto é lamentável e este quadro precisa ser revisto. As UTIs dos hospitais públicos estão sempre lotadas, só para citar um exemplo.

O momento é de profunda reflexão, sobretudo porque estamos no alvorecer de um novo milênio, época em que as nossas esperanças se renovam por um mundo melhor.

Para suprir um pouco as deficiências dos serviços públicos, entra em ação a ética profissional. A sensibilidade e a responsabilidade médica são reconhecidas por todos. Medicina é um sacerdócio.

A homenagem que os senhores receberam hoje, no Dia do Médico, e que sensibilizou a todos nós, é um reconhecimento deste sacerdócio, da capacidade e da dedicação de cada um dos homenageados. Os senhores mereciam também o Prêmio Nobel da Paz, como vão receber os médicos sem fronteiras. Parabéns a todos e muito obrigado.

OS 20 ANOS DA ANISTIA POLÍTICA NO BRASIL

19.08.99

Plenário da ALEC

No final da década de 70, o movimento pela anistia aos perseguidos políticos ganhava corpo na sociedade. No dia 27 de junho de 1979, o regime militar encaminhou ao Congresso um anteprojeto de anistia limitada, o que provocou inicialmente uma greve de fome de 15 presos políticos. O então senador Teotônio Vilela, dissidente da Arena e presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que examinava a proposição, visitou presos políticos do País, fez sua defesa e pregou a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Apesar das limitações do projeto aprovado, foi legitimado o retorno dos exilados e o reaparecimento dos clandestinos. O Superior Tribunal Militar declarou anistia a 316 réus processados de acordo com a Lei de Segurança Nacional. A volta dos exilados começou a partir de 1979.

Esta foi uma conquista histórica do povo brasileiro. O movimento pró-Anistia surgiu em fevereiro de 1975 através da Sra. Terezinha Zerbini. Em Portugal, grandes atos pela Anistia reagiram à chacina da Lapa e ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog.

Em 1979, os Comitês Brasileiros pela Anistia impulsionam grandes atos, promovendo abaixo-assinados, debates e passeatas nas grandes cidades. A maior manifestação aconteceu no Rio, reunindo cerca de 20 mil pessoas no dia 14 de agosto de 79. Os presos políticos do Rio iniciam uma greve de fome com adesões em Pernambuco, São Paulo e aqui no Ceará.

A Anistia deveria ser *Ampla* para abranger todos os perseguidos pelo regime militar; *Geral* para restituir-lhes todos

os direitos; e *Irrestrita* para assegurar a liberdade total aos anistiados.

Neste momento, assim, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, através de requerimento de autoria dos deputados Chico Lopes, Paulo Afonso e Acilon Gonçalves e aprovado por esta Casa, abre um importante espaço para discutir os 20 anos da anistia política no Brasil

Não temos dúvida tratar-se de uma ocasião de significativa importância para o presente e para o futuro do nosso País.

Muito obrigado,

DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

14.10.99

Plenário da ALEC

Esta audiência pública, destinada a estudar as causas estruturais e apresentar soluções para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, vem ao encontro de uma das preocupações desta Casa. Para estreitar a relação entre este parlamento e a sociedade, também na busca de soluções para problemas desta magnitude, desenvolvemos o Ciclo de Debates Utopia XXI – o Estado e a Sociedade que Queremos.

O Ciclo de Debates já havia pautado como um dos temas a serem discutidos “A Radiografia sócio-econômica do Brasil e do Nordeste”, com a participação, inclusive, do IPEA – Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada.

É notório que na virada do século a humanidade não conseguiu erradicar um dos problemas que mais envergonham os governantes, que é a pobreza. Pobreza esta traduzida em fome e desigualdades.

Lamentavelmente, a desigualdade tem crescido entre os países ricos e pobres. Para que os senhores tenham uma idéia, o hiato de rendimento entre o quinto da população mundial que vive nos países mais ricos e o quinto que vive nos países mais pobres era de 30 para um em 1960. E hoje é de 72 para um. Isto é, mais que duplicou a desigualdade.

Vejam outros dados mais estarrecedores, minhas senhoras e meus senhores: o quinto da população mundial que vive nos países de rendimentos mais elevados detém 86 por cento do PIB do mundo, segundo relatório deste ano da ONU. Vejam mais: as 200 pessoas mais ricas do mundo mais do que duplicaram a sua riqueza líquida. Os ativos dos três primeiros

multi-milionários são superiores ao Produto Nacional Bruto conjunto de todos os países menos desenvolvidos e de seus 600 milhões de habitantes. Cerca de um bilhão e 300 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e um bilhão não podem satisfazer suas necessidades de consumo básico.

Esta chaga persiste, não somente além-fronteira, mas também no Brasil e no Nordeste.

Os estudos mostram que o Brasil é um dos países que apresenta maiores indicadores de desigualdades e de pobreza. Os últimos estudos estimam que há 54 milhões de pobres no Brasil, dos quais 24 milhões são indigentes. Quarenta e cinco por cento dos pobres vivem no Nordeste.

Para complementar estas tristes estatísticas, o Brasil encontra-se na septuagésima nona (79^a) colocação mundial em índice de desenvolvimento humano, atrás de Colômbia, Chile, Equador, México, Argentina e Cuba. O Brasil faz parte do grupo de países considerados de médio desenvolvimento humano.

O Brasil é um país de baixíssimos salários. Quem ganha cinco salários mínimos hoje, ganha igual a quem recebia um salário mínimo na década de quarenta. E mais: os 10 por cento das pessoas mais ricas do Brasil detêm 50 por cento do PIB nacional, o que coloca o nosso país como campeão mundial da desigualdade.

Onze por cento da população está em situação de risco de não superar a casa dos 40 anos de idade;

24 por cento não tem acesso a água potável;

30 por cento não tem saneamento básico;

Seis por cento das crianças com menos de cinco anos estão abaixo do peso estabelecido pela Organização Mundial de Saúde.

No Nordeste brasileiro, a situação é ainda mais grave. Segundo a Sudene, um quarto das crianças com menos de cinco anos de idade sofrem de desnutrição crônica. Do total da população rural nordestina com mais de 10 anos de idade, 44 por cento é analfabeta, outros 54 por cento tem menos de três anos de estudo.

O Ceará também faz parte deste contexto caracterizado por desigualdades e pobreza, apesar do esforço do Governo do Estado nos últimos anos.

Somos sabedores de que a questão da pobreza não será solucionada apenas com medidas paliativas e populista. A pobreza é uma questão complexa de difícil solução a curto prazo, como já constataram estudos realizados pelo ex-senador e atual vice-governador do Ceará, Beni Veras.

A resolução desta questão que macula a história do nosso país passa, necessariamente:

- pela democratização da informação e do conhecimento;
- pela desconcentração de renda patrimonial, pessoal e regional;
- pela valorização da mão-de-obra brasileira; pelo incentivo às políticas de geração de emprego em nível local;
- por um maior investimento e uma melhor aplicação de recursos na área social, notadamente, na educação, saúde e habitação;
- pelo fortalecimento da participação do cidadão na elaboração, implementação e controle das políticas públicas;
- pela estabilidade da moeda;
- pela implementação de um modelo de desenvolvimento que privilegie o mercado interno, a geração de emprego e renda e o crescimento econômico com equidade social.

Para concluirmos, enfatizamos que nós, brasileiros, não iremos erradicar a pobreza nem reduzir as desigualdades sem ações políticas eficazes e investimentos contínuos de infraestrutura físicos e, especialmente, no desenvolvimento do capital humano.

O desafio é reverter a lógica do desenvolvimento que privilegia os que têm mais. Para isto, é necessário que ações estratégicas de caráter estrutural sejam implementadas.

Uma ação com que os senhores deputados federais e senadores podem contribuir para minimizar o quadro sócio-econômico que nos envergonha é se engajar na luta pela implementação de um grande projeto estratégico, que é a transposição de águas do rio São Francisco.

Ressaltamos que projetos de transposição de águas já foram executados noutros países com muito sucesso. Este dia é marcante para todos nós que acreditamos ser possível, através de ações coletivas e parceiras, construir um país não só desenvolvido economicamente, mas socialmente.

Todos nós, parlamentares e sociedade civil organizada do Ceará, estamos dispostos a fazer nossa parte, mas só conseguiremos mudar se todos os brasileiros mudarem coletivamente suas atitudes e assumirem a responsabilidade individual de que é possível mudar esta realidade ao proporcionar aos excluídos uma oportunidade de vida mais digna.

Que as melhores propostas aqui discutidas sejam, efetivamente, colocadas em prática.

Muito obrigado.

**PROJETO “A ESCOLA NO PARLAMENTO”
VISITA DOS COLÉGIOS ESTADUAIS JUSTINIANO DE
SERPA E JOAQUIM NOGUEIRA**

19.10.99

Plenário da ALEC

Recebemos hoje, com muita satisfação, mais uma visita de estudantes de duas reconhecidas escolas de Fortaleza: os colégios Justiniano de Serpa e Joaquim Nogueira.

Estamos dando continuidade ao Programa Conhecendo o Parlamento, que tem o apoio de todos os deputados com assento nesta Casa e que acelera a educação da sociedade para participar da vida coletiva.

Aqui já estiveram alunos dos colégios Santo Inácio, Castelo Branco, Christus, Deputado Francisco de Almeida Monte, Sete de Setembro e Visconde do Rio Branco.

É na escola que os estudantes são iniciados nas diversas formas de conhecimento e assim começam a interpretar o que é a vida. A escola deve deixar de ser direcionada pelo mundo dos adultos e começar a contemplar esta nova visão. Quando os estudantes saem de suas salas de aula para esta Assembléia, estão aprendendo a selecionar conteúdos e a formar uma consciência política.

Ser estudante é aprender a processar a informação e permanecer aberto às novas experiências, procurando compreender os sentimentos e os problemas do mundo.

Desta forma, a aprendizagem está também ligada ao grau de interesse de cada estudante e depende da capacidade individual de cada um, de sua aceitação e compreensão das suas relações com o mundo. Todos aprendemos quando estamos juntos em atividades como esta.

Dentro deste processo transformador, procuramos aumentar a consciência, desmistificando qualquer preconceito dominante contra a política e os políticos. Estamos valorizando a cultura democrática, enfatizando a cooperação e o trabalho coletivo para a resolução dos problemas sociais.

O bom professor, o bom estudante, o bom político investiga o dia-a-dia como indivíduo e propõe novas direções para uma vida melhor, onde haja liberdade de expressão, pluralidade de pensamento, solidariedade na busca de soluções, respeito às diferentes opiniões e crescimento moral e intelectual de todos.

Educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade com responsabilidade, trabalhar o lado positivo da vida é formar um cidadão consciente e cômico de seus deveres sociais.

Estamos valorizando o estudante ao abirmos nossas portas, permitindo que ele avance na jornada do aprender e possa por ele mesmo construir e reconstruir, elaborar e reelaborar o conhecimento de acordo com sua habilidade e com o seu ritmo.

Só agindo assim, teremos uma maior produção do conhecimento e levaremos o homem a saber mais do que ele sabe hoje. A Escola no Parlamento é uma atividade de interação do estudante com a sociedade, aqui representada pela Assembléia Legislativa.

Os grandes educadores afirmam que aprendemos cerca de

20% do que ouvimos;

30% do que vemos;

50% do que ouvimos e vemos;

80% do que ouvimos, vemos e fazemos;

e que aprendemos 100% quando criamos.

É através deste programa colaborador e interativo que esta Assembléia busca este fenômeno de criação.

As escolas cearenses, graças ao projeto “A Escola no Parlamento”, têm agora à sua disposição um ambiente interativo, moderno, desafiador e inovador e podem transformar o ensino numa aventura dinâmica.

Colocamos à disposição de vocês, estudantes, um concurso literário exclusivo às escolas públicas do Ceará. Este concurso visa incentivá-los a melhor conhecer o parlamento estadual.

Gostaria de agradecer mais uma vez o empenho das senhoras e dos senhores deputados, agradecer aos diretores, coordenadores e professores dos colégios que estão apoiando esta iniciativa e dizer a vocês, estudantes, que sejam bem-vindos e voltem sempre.

Muito obrigado.

POSSE DO CONSELHEIRO TEODORICO MENEZES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

19.10.99

Plenário da ALEC

Participar desta sessão em que o Tribunal de Contas do Estado faz mais uma vez a recomposição de sua brilhante equipe de julgadores é um momento por demais honroso para mim.

Testemunhar o esforço feito por seus técnicos e conselheiros traz, a todos os que acompanham o desenrolar da vida pública de nosso Estado, a fé de que sempre teremos homens dispostos a lutar pelos valores do bem público.

É contra a afirmativa de Petrônio, feita ainda no primeiro cinquentenário deste milênio, onde dizia "O QUE PODEM AS LEIS, ONDE SÓ REINA O DINHEIRO", que continuamos a depositar nossa confiança nos membros deste Tribunal.

O reaparelhamento de uma Instituição como o TCE, tanto a nível de valores humanos quanto de material, é uma atitude cada vez mais importante na órbita da administração pública em função da complexidade no acompanhamento dos atos e ações governamentais, motivadas, principalmente, pela cobrança crescente da sociedade organizada no tocante à boa aplicação dos recursos públicos.

Todos somos conhecedores do esforço modernizante que vem sendo implantado nesta Casa. Esse claro e insofismável avanço a que estamos nos referindo deve-se, sem dúvida, a uma conjugação de esforços, dentre os quais destacamos a "cautela da experiência" e a "impulsividade reformadora" que convivem neste Tribunal.

E hoje, sob a presidência deste jovem e dinâmico conselheiro, dr. Alexandre Figueiredo, com marcante passagem pela nossa Assembléia Legislativa, assistimos a mais um ato de mudança e já com saudade de um dos mais brilhantes homens públicos produzidos no Ceará, no caso o ex-deputado e conselheiro, Dr. Stênio Dantas, de quem temos o prazer de sermos amigos.

Stênio Dantas é um dos remanescentes de uma geração de políticos que tanto honrou a sociedade cearense, onde pontuaram ilustres personalidades como Wilson Gonçalves, Moacir de Aguiar, Figueiredo Correia, dentre muitos outros que emprestaram seu saber e sua competência na construção de um Ceará, que, ao longo do tempo, preparou-se para desfrutar, com eficiência, dos movimentos progressistas que temos experimentado ao longo das últimas décadas.

Sabemos que o Dr. Stênio retira-se da vida pública ciente do dever cumprido, e, também, credor de muitas amizades e admirações, construídas por suas atitudes frente às importantes missões que lhe foram confiadas.

O Dr. Teodorico Menezes chega a esta Casa cercado de muita responsabilidade, mas com a tranqüilidade de quem foi um vitorioso na sua atuação parlamentar, onde, com méritos, chegou à Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará.

Daí, Sr. Presidente, ao testemunhar ato de tamanha importância para a consolidação e eficiência das instituições públicas do nosso Estado, trago meus votos de parabéns a este Tribunal, não apenas por ter desfrutado, ao longo dos anos, da mais que salutar convivência com o Dr. Stênio Dantas, mas também, por acolher, a partir de agora, a rica personalidade do Dr. Teodorico Menezes, que, temos certeza, no correr dos próximos anos, não apenas honrará esta Casa, mas, principalmente, dará valiosa contribuição para vermos sempre mais consolidada esta Instituição, tão bem comandada por Vossa Excelência.

ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SR. ANTENOR NASPOLINI - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

20.10.99

Plenário da ALEC

O cearense é o povo mais universal do Brasil. Ser universal faz parte de nossa tradição e está na nossa cultura e no nosso regionalismo. Nossas divisas não limitam o nosso mundo. Não menosprezamos o que as outras culturas têm de bom e honesto. Não descartamos o que outros povos têm e trazem de valioso para nós. Gostamos de aprender com os que têm algo a ensinar. E assim nos mantemos abertos, atualizados, renovados e mais experientes.

Não só o número de vagas das escolas foi ampliado, como também se registrou uma melhoria salarial expressiva dos professores, implantando uma gestão democrática através das eleições diretas dos dirigentes escolares. Foram realizados dois concursos públicos para ingresso no magistério.

Todas estas ações caminharam paralelas a uma substancial melhoria da qualidade do ensino, que situa o Ceará como referência exemplar para outros estados da Federação e que nos anima a vislumbrar a materialização de seu sonho de inserir o Ceará no contexto dos sete melhores do Brasil.

Estas informações são amplamente conhecidas por todos. Não estou falando nenhuma novidade.

Estou lembrando estes dados relativos à educação para dizer que por trás deles há, principalmente, um homem chamado Antenor Manuel Naspolini, que deixou a sua longínqua Criciúma, em Santa Catarina, Sul do país, para colaborar no desenvolvimento do setor educacional, área

considerada, há bem pouco tempo, como crítica e problemática.

A educação pública, por suas dimensões, exige grandes esforços para alcançar resultados positivos. No entanto, Antenor Napolini não se intimidou diante do desafio.

Aqui chegou e rapidamente começou a apresentar resultados positivos. Através do seu trabalho, Napolini mostrou a todos nós o carinho que adquiriu por nossa gente. Somente os homens singulares se apaixonam por uma justa causa e são capazes de oferecer o melhor de suas vidas para transformar o imaginário na realidade de plena felicidade.

No Ceará, Antenor Napolini se fez respeitar. Não por ocupar um relevante cargo na administração pública ou por ser detentor de algum tipo de poder. Mas por ter-se mostrado competente, amigo de todos e disposto a trabalhar pelo Ceará. Não reluta em negar quando é impossível ceder, mas também é incapaz de dizer não quando pode dizer sim.

O seu valor, Secretário Napolini, já é reconhecido além das divisas do Ceará. Por causa do seu trabalho, o nosso Estado foi laureado pela Organização das Nações Unidas para a Educação pelos avanços conseguidos no setor.

O título de cidadania, que esta Casa raramente outorga, serve para que sublinhemos o bom exemplo que chega até nós.

Neste ponto, o filósofo, sociólogo, educador, planejador e professor Napolini tem sido um bom mestre e tem deixado boas lições no solo cearense. Merece, portanto, a homenagem e o título de cidadão cearense que hoje os deputados do Ceará lhe oferecem com justiça.

A educação não se constitui uma teoria ou uma fórmula abstrata. O processo educacional não é distinto da história objetiva de um povo.

A educação é o princípio por meio do qual a humanidade conserva e transmite ao homem o espírito humano. É a força vital que propaga, por meio da vontade e da razão, a existência social, intelectual e espiritual do homem. É a expressão real de toda uma cultura. Não é apenas um patrimônio individual. Pertence por essência à comunidade.

Uma educação consciente muda o homem, melhora as suas qualidades e eleva a sua capacidade. Mais capaz, mais confiante, mais elevado, mais preparado, o espírito humano tanto descobre a si mesmo como cria formas melhores para a existência humana.

A este conjunto de ações e valores damos o nome de educação. É a ciência e a arte das leis ideais, leis que levam o homem a aplicar corretamente o conhecimento às diversas circunstâncias da vida. A educação é o que alimenta a razão para conhecer o bem e inclina o homem a fazer o bem.

Se bem feita, a educação leva o homem à liberdade, à responsabilidade e à virtude. Quando erra, torna o homem escravo, errado ou viciado.

Nenhuma outra atividade transmite com tanta eficiência os fundamentos de uma comunidade a cada um de seus membros.

Educar é propagar ideais de moral e a ética no homem para o homem. É tornar o homem livre e consciente de suas obrigações. A educação é a fonte de toda a ação e de todo comportamento humano.

É por isto, professor Napolini, que o Ceará decidiu reconhecer o seu trabalho de mais de 10 anos a favor da educação do povo cearense. Sua experiência é grande e em muito tem-nos ajudado a superar a barreira entre a consciência e a ignorância para nosso povo.

O senhor também trabalhou dirigindo escolas profissionalizantes. Sabe, portanto, da importância de também se educar para o mercado de trabalho.

O senhor ainda trabalhou coordenando planos de educação. Conhece, portanto, a necessidade de planejar e sistematizar a prática da educação para um melhor aprendizado.

O senhor foi também vice-reitor de uma universidade. Sabe, portanto, a importância de articular o processo educacional em todos os seus níveis, da pré-escola ao nível superior. Tudo o que um educador pode conquistar dentro de sua carreira, o senhor conseguiu, mas não se acomodou.

Seu desejo de ver o Brasil um país livre, preparado e bem educado, conduziu-lhe a aceitar com entusiasmo novos desafios. Tenho certeza que a sua disposição de construir o novo foi o que lhe fez aceitar a coordenação do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, em estados do Nordeste.

Neste trabalho solidário, trabalho de missionário, o senhor avaliou situações, fez diagnósticos, acompanhou desempenhos, corrigiu erros, apoiou projetos e mobilizou sociedades em benefício desta causa comum a todos os partidos políticos, que é a educação.

Ou seja, o senhor trocou a comodidade da boa vida do sul brasileiro, onde as taxas de analfabetismo chegam quase a zero, para enfrentar o desafio de vencer a falta de educação em regiões do País tão ricas e prósperas quanto empobrecidas e atrasadas. Tenho certeza que o trabalho neste lado ainda pobre do Brasil enriqueceu-lhe como gente e como pessoa humana que é.

Uma prova do que estou falando é que, por causa desta experiência, o senhor, por várias vezes, representou o Brasil em delegações nacionais para discutir em conferências

internacionais os problemas relacionados à educação no mundo.

Tenho certeza que muito da contribuição brasileira para a solução dos problemas educacionais no mundo foi colhido nesta experiência que a UNICEF lhe oportunizou. Tenho convicção de que, quando o senhor falava em Belgrado, Bourdeaux, Paris ou Quito nas plenárias da Organização das Nações Unidas para a Educação, UNESCO, estava com o Ceará na mente.

Nossa terra, professor Napolini, ensina muito ao homem. Ensina que homem, por mais títulos e cargos que tenha, deve permanecer simples, pois só a simplicidade leva o homem a ser verdadeiro. Este caminho da simplicidade o senhor também conhece.

E é por isto que está aqui nos servindo e nos ajudando a educar as crianças, os jovens e os adultos cearenses.

Não posso deixar de sublinhar que o senhor é um filósofo e, como tal, conduz a educação cearense a adquirir vida nova sobre um Fundamento muito mais espiritualizado.

Quando voltamos os olhos para a sua vida como homem democrático, vemos que toda a sua história foi costurada pelo ideal de justiça e liberdade que os filósofos desde a Grécia tanto defendem.

Em nome do povo do Ceará, muito obrigado, Secretário Napolini. Receba esta cidadania não como mais um pedaço de papel a emoldurar a sua parede de tantos títulos. Receba a cidadania cearense como um incentivo a continuar sendo o que o Senhor sempre foi: um facilitador da consciência do homem.

Para finalizar, gostaria de revelar aos senhores: Hoje, há exatamente 59 anos, nascia em Criciúma Antenor Manoel Napolini.

Nossos parabéns, caro conterrâneo.
Muito obrigado.

A COMUNIDADE E O LEGISLATIVO

22.10.99

Plenário da ALEC

Depois da discussão sobre a requalificação do centro de Fortaleza, o Projeto A Comunidade e o Legislativo tem hoje a sua segunda sessão com a presença de três importantes instituições comunitárias.

Estão conosco os alunos do Programa de Capacitação Solidária da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, Casa da Esperança e União dos Moradores do Jardim Iracema.

Que todos sejam bem-vindos.

O Programa vem realizando desde 1996 concursos de projetos para Capacitação Profissional Solidária. Neste ano, está sendo desenvolvido o décimo segundo concurso, que beneficia mais de seis mil jovens envolvendo 125 organizações capacitadoras na Região Metropolitana de Fortaleza. Dentre elas, as três aqui presentes.

Os jovens que hoje visitam a Assembléia Legislativa estão sendo preparados para ações cidadã e profissional.

Não é só o conceito do político que está mudando. O conceito das lideranças comunitárias também sofre mudanças. Hoje, o líder comunitário é sobretudo percebido como agente mobilizador para agir coletivamente na transformação da sociedade. As jovens lideranças aqui presentes são o futuro da nossa sociedade e por isso merecem toda a atenção.

Ao agir de forma cidadã, estes jovens estão defendendo os direitos humanos, emprego e renda, a liberdade e a justiça.

Graças ao seu trabalho voluntário e solidário, estas lideranças podem, em síntese, defender o bem comum e potencializar o desenvolvimento humano das comunidades.

É com satisfação que colocamos à disposição da sociedade cearense a proposta do Programa Conhecendo o Parlamento, no qual está incluso *A Comunidade e o Legislativo*.

Criado há menos de dois meses, este projeto já recebeu inúmeros pedidos de audiência, são muitas as comunidades que querem partilhar e participar conosco da solução de seus problemas.

Vamos contribuir de maneira intensiva no esforço de combater a exclusão social no Ceará através da organização de mais encontros solidários, focalizando ações em áreas onde estão as populações mais necessitadas.

O Projeto *A Comunidade e o Legislativo* é um incentivo a novas formas de parcerias entre esta Casa e a sociedade. De mãos dadas, podemos desenvolver ações que consolidem a democracia participativa e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nós, parlamentares, esperamos que vocês, jovens, sejam os multiplicadores desta idéia. Só assim, poderemos concretizar a nossa utopia de um Ceará mais desenvolvido e fraterno.

Muito obrigado.

PROJETO “O JOVEM E O PARLAMENTO”

02.11.99

Plenário da ALEC

O Programa “O Jovem e o Parlamento”, além de propiciar às novas gerações o primeiro encontro com a prática democrática, cumpre ainda o papel de ampliar a defesa da criança e do adolescente. Tudo que queremos é para todos uma vida digna com plenos direitos sociais.

O Programa teve sua primeira edição em 1996, quando era presidente desta Casa o hoje prefeito de Sobral Cid Gomes. Naquela oportunidade, o prefeito Cid declarou no dia da posse dos jovens parlamentares que “estamos gerando alternativas educacionais que contribuem para o desabrochar da cidadania nas novas gerações”.

No ano segundo, em 97, o então presidente e hoje senador Luiz Pontes encerrou a segunda versão no dia 26 de junho, declarando-se gratificado com o programa. No ano seguinte, 98, a Assembléia Legislativa desenvolveu a terceira versão do programa.

A Cid Gomes e Luiz Pontes e aos respectivos presidentes do Inesp, Eudoro Santana e Osmar Diógenes, aos funcionários desta Casa e aos professores e alunos a nossa gratidão pela semente que plantaram. Nos três primeiros anos do Programa, os estudantes apresentaram 92 proposições, numa média de 30 por ano.

Hoje, esta semente deu frutos e temos a satisfação de dar continuidade ao Programa O Jovem e o Parlamento com a participação de alunos e professores dos quatro liceus de Fortaleza, localizados em Jacarecanga, Vila Velha, Messejana e Conjunto Ceará. São mais de 400 estudantes participando do projeto. Os participantes tiveram, além de aulas de educação

política, orientações de como elaborar proposições. O Jovem e o Parlamento faz parte do Programa Conhecendo o Parlamento, que tem outros três projetos: A Escola no Parlamento; A Comunidade e o Legislativo; e A Universidade e o Legislativo, além do Concurso Literário.

Os estudantes participantes do Programa O Jovem e o Parlamento estiveram nesta Casa conhecendo nossas atividades. Nas escolas, discutiram projetos e elegeram seus 46 representantes. No último dia 23, os estudantes elegeram nesta plenária sua Mesa Diretora, que tem como presidente Elizabeth Gomes, aluna do Liceu do Ceará, do Jacarecanga. Um detalhe: dos sete membros da Mesa, quatro são mulheres. Hoje, a Mesa Diretora dos jovens deputados estará sendo empossada neste plenário.

Nenhum de nós apóia projetos que deixem os jovens sem rumo e sem esperanças. Não colaboramos com a destruição da juventude pela droga, pela violência e outras formas de exploração, que desprezam a família.

Reafirmamos nossa determinação de lutar para vencer o pessimismo que tenta contagiar a nossa força juvenil. Não podemos dar as costas ao sonho de construir um País com direitos humanos, solidariedade, justiça, participação e paz.

Por isto, queremos a promoção de todos os valores que dão ao homem dignidade e o ajudem a conservar a natureza e a sua própria existência.

E é para mudar os rumos de nosso país que continuamos a mobilizar a juventude. É para exigir melhores condições de vida para os adolescentes e jovens que também fomos eleitos.

É preciso afastar as idéias que apenas punem os jovens e não corrigem os erros estruturais que fazem o jovem caminhar pelo lado errado da vida.

O Programa O Jovem e o Parlamento passou a ser uma atividade estadual. Ele surgiu com o objetivo de impulsionar os jovens a desenvolverem ações concretas em seus ambientes de atuação. A partir deste programa, é possível desenvolver atividades que radicalizem a esperança e a justiça.

Torço para que cada um de vocês adquira o princípio de cidadania e assim busque pelo sentimento da Fraternidade, encontrando saídas a curto, médio e longo prazos para os problemas que maltratam as comunidades.

A liberdade política é um meio que garante a dignidade para o homem. Um projeto concreto para a construção de uma nova sociedade no Brasil exige que cada jovem crie espaços de debate na sua comunidade, na escola, no bairro, apontando as raízes dos problemas e aprendendo a discutir os meios para resolvê-los.

Que os jovens participantes deste encontro façam mais este dever de casa, levantando nas suas comunidades os problemas sociais que podem ser solucionados.

Não tenho dúvidas: muito em breve, só terão condições de trabalhar com a juventude os que forem capazes de mostrar aos jovens a beleza da vida.

O Programa O Jovem e o Parlamento é uma consequência da caminhada do trabalho desta Assembléia com a juventude. Já estamos no futuro. Hoje é o momento do amanhã. Aqui misturamos momentos e dimensões. E isto nos alegra porque assim descobrimos o novo.

Entendemos que o máximo conhecimento é confessar a própria ignorância.

Gostaríamos que cada de um nós refletisse sobre o que está fazendo para incutir uma consciência política na juventude. O fenômeno político se projeta nos nossos dias como uma religião nos limites do ser humano. A política deve

dizer aos mais jovens as verdades que não devem ser esquecidas. Talvez mais do que imaginamos, a política está presente no cotidiano dos jovens, pois a nossa atividade é o que integra a ordem social.

Somos a fonte resignadora do processo inexorável da história. A partir de nosso trabalho, oferecemos paz e segurança, devolvendo ao mundo a paixão e a densidade de vida que o mundo nos fornece como fonte de resistência.

O político do futuro ou será um eterno jovem ou não será político. Jovem é todo aquele que sabe ver com os olhos do coração na inclinação fascinada e irresistivelmente bela de aprender com o outro, pelo impulso incontável de aproximação, abraço e união.

Não podemos tornar a política prisioneira das estruturas históricas. Estar na vanguarda de projetos para uma sociedade é começar a constituir pequenos núcleos como este que a Assembléia Legislativa promove.

Um dos caminhos que a política tem que percorrer é o da juventude. Mas este caminho não está feito. Precisamos acentuar a cultura juvenil contra a tendência da deterioração social e da irracionalidade.

O futuro da humanidade está nas mãos de pessoas que sabem dar, às futuras gerações, razões de viver e de esperar. Seremos sempre mais viáveis se formos capazes de levar os jovens a descobrirem o que eles são. E nós, deputados estaduais, estamos fazendo a nossa parte.

A construção do Brasil como nação deve deslocar-se da elite para a população em si mesma. Este é o nosso desafio para alcançarmos uma fase histórica deste país de 500 anos.

Estiveram ontem neste plenário os alunos dos liceus do Conjunto Ceará e de Messejana. Hoje, recebemos com muito prazer a visita de estudantes dos liceus do Jacarecanga e da

Vila Velha. Estas visitas fazem parte do Projeto O Jovem e o Parlamento, criado há quatro anos por esta Casa. Serão mais de 400 estudantes participando do projeto. Os participantes têm, além de aulas de educação política, orientações de como elaborar proposituras.

Os jovens estão aqui para conhecerem o funcionamento da Assembléia Legislativa, o que contribuirá para capacitá-los a instalar o Parlamento Jovem. Depois de eleitos nas próprias escolas, os jovens deputados elegerão a Mesa Diretora Jovem.

Queremos agradecer aos monitores, professores e alunos envolvidos no Projeto O Jovem e o Parlamento pela dedicação em prol do desenvolvimento social e político do Estado do Ceará.

Muito obrigado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NA LUTA POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO-VIOLÊNCIA

09.11.99

Plenário da ALEC

Hoje, há exatamente 10 anos, caía o muro de Berlim, voltando a Alemanha a ser uma só nação. Apesar desta significativa data, o mundo vive uma onda de violência. A violência está na ordem do dia corroendo a sociedade. Lamentavelmente, estamos diante de um barril de pólvora.

Refreshando um pouco a memória, lembramos das chacinas ocorridas no Brasil: da Candelária, de Vigário Geral, do Carandiru e mais recentemente da ação condenável do acadêmico de medicina Mateus da Costa Meira. Os crimes contra a vida, o mais fundamental dos direitos do ser humano, não são ficção. São realidade.

Preocupada com a situação, a Assembléia das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o ano internacional por uma cultura de paz. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO – é a responsável por todas as atividades a serem desenvolvidas nos próximos meses.

A UNESCO quer criar um senso de responsabilidade social. Para isto, um grupo de prêmios Nobel da Paz, reunido em Paris, redigiu “O Manifesto 2000 – por uma cultura de paz e não violência”, que tem como meta a coleta de 100 milhões de assinaturas a serem apresentadas à Assembléia Geral das Nações Unidas em sua reunião da virada do milênio, em setembro do próximo ano.

Para que as senhoras e senhores tenham idéia da importância deste movimento, elaboraram a redação do

Manifesto reconhecidos defensores da paz, como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela.

Eles acreditam que é responsabilidade de cada um de nós colocar em prática os valores, as atitudes e comportamentos que inspirem uma cultura de paz. Todos podemos contribuir para o alcance deste objetivo nas nossas famílias, bairros, comunidades, cidades e regiões ao promovermos a não-violência.

Vamos lutar pela tolerância, pelo diálogo, pela justiça, pela reconciliação e pela solidariedade em atitudes no dia-a-dia, ou seja, vamos praticar no nosso cotidiano o amor ao próximo.

Também preocupada com a onda de violência, a Assembléia Legislativa do Ceará está atenta para a questão. Prova maior são as proposições apresentadas sobre o assunto somente este ano pelos deputados Vasques Landim, Sineval Roque, Patrícia Gomes, Fernando Hugo, Paulo Afonso, Antônio Granja, Gorete Pereira, Pastor Heriberto, João Alfredo, Artur Bruno, Ilário Marques e Chico Lopes. Tudo detalhadamente discutido por todos os senhores tanto nas comissões técnicas como no plenário desta Casa.

Aglutinando diferentes esforços e vontades, propomos neste momento a este plenário a adesão ao “Manifesto 2000 – por uma Cultura de Paz e Não-Violência”. Seríamos o primeiro parlamento estadual brasileiro a formalizar esta adesão. Com uma decisão positiva deste plenário, enviaremos imediatamente ofício ao representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthen.

A adesão do Ceará ao Manifesto não será meramente simbólica. O nosso desafio é coletarmos 500 mil assinaturas, que correspondem a meio por cento da meta mundial estabelecida pela ONU. Para que possamos concretizar esta meta, os senhores vão receber cópia do manifesto e do

formulário de adesão para que possam multiplicá-los junto aos mais diferentes segmentos da sociedade cearense.

Ainda este ano, concluindo um período de produtivos trabalhos legislativos, pretendemos fazer neste plenário o lançamento da campanha pela cultura da paz e não-violência com a presença do representante da UNESCO no Brasil.

O ano 2000 precisa ser um grande começo para todos nós.

Juntos, nós, deputados, e os órgãos governamentais e não governamentais, as igrejas, corporações civis e militares, prefeituras e câmaras municipais, a imprensa, lions, rotarys, entidades esportivas, movimentos comunitários, classes empresarial e de trabalhadores, de educação e da saúde, podemos transformar a cultura da guerra, da insegurança coletiva e do desrespeito ao ser humano.

Temos que transformar a guerra numa cultura de paz e não-violência. Contamos com a participação de todos. Entendemos que estaremos contribuindo para que as gerações futuras construam um mundo que tenha como base a dignidade, a justiça, a solidariedade, a liberdade e a prosperidade.

Portanto, companheiros, o desafio está posto.

A ASSEMBLÉIA E A CAMPANHA DA PAZ NO CEARÁ

10.12.99

Plenário da ALEC

Só os valores da paz e da não-violência podem fazer a conciliação do povo brasileiro. A campanha em defesa da paz, o Manifesto 2000 que estamos ajudando a divulgar no Ceará, serve para a reflexão sobre todo o conflito. Seu texto nos impulsiona a uma conciliação nacional efetiva, justa e duradoura.

A campanha que abraçamos é um passo determinante para que a conciliação seja um instrumento institucional capaz de conduzir ao objetivo da paz.

O atual momento é de extrema complexidade. Devemos questionar as nossas consciências, para evitar os erros, as atitudes de desconfiança e a agressividade que podem adiar ou comprometer a reconstrução da paz em nossa nação.

É preciso contribuir para preservar o clima de concórdia e de confiança. Ainda no mesmo espírito, é fundamental o desmantelamento dos aparelhos que provocam ou animam o conflito urbano e rural, chamando particular atenção ao processo de segregação social em curso tanto no Brasil quanto no Ceará.

O Brasil encontra-se gravemente doente, com o tecido social em ruptura e a honra, o orgulho e o patriotismo assombrados e entristecidos. A paz pode ser o novo começo e por isto a nossa missão é tão difícil e delicada quanto gratificante.

Considero alguns movimentos prioritários para que a paz seja mais um orgulho deste País. O primeiro deles é a consolidação da unidade nacional e o reencontro da família brasileira. Para o cumprimento desse objetivo, defendemos a

existência de um estado de direito democrático e de pluralismo político-partidário.

A reorganização do setor macroeconômico, na luta contra a pobreza e a reinserção social, é outro movimento que devemos assinalar, assim como o desenvolvimento de uma política interna e externa que salvaguarde e estimule os laços de boa vizinhança, cooperação e voluntarismo. Por último, é preciso o apoio da comunidade internacional para aproximar e reconciliar as partes brasileiras em conflito.

A crise com que se confronta todo o país salienta a necessidade dos dirigentes brasileiros de meditar profundamente sobre todo o trabalho que fizeram para garantir o futuro aos jovens.

Os nossos problemas são as questões fratricidas e a miséria que povoam as nossas populações.

A violência é um processo de muitos recursos e facetas.

O planejamento, a organização da violência não é um assunto simples, resolvido apenas pela imaginação, oportunidade, decisão política e inteligência. A violência sempre tem um rosto descoberto. Não basta inventar discursos, imaginar causas e explicações, trocar o nome dos projetos sociais.

A violência, digo sempre, é maior e mais poderosa e versátil que qualquer arma de fogo. É também mais sutil. Espalha-se e ramifica-se nos programas macroeconômicos e sociais. Tem uma atuação mais ampla e grande capacidade de metamorfose. A violência também transforma muitas coisas antes de aniquilar.

Está no comércio, na medicina, nas diversões, na rede de comunicação de um país ou de uma região. Muitas vezes, aparece sob o nome do progresso, tentando parecer útil.

A violência leva o dinheiro das zonas pobres, da educação. A violência não é cega. Mira o alvo com atenção e se move calculando cada passo. Sabe quem são os seus inimigos e também sabe onde pode conseguir seus aliados. E sabe que só através de aliados pode assegurar a sua força e a sua sustentação.

A violência não quer as Igrejas, não quer os jornalistas, não quer os poetas, não quer a Academia, não quer os mobilizadores sociais atuando contra ela. Não quer que nenhum valor civil de integridade moral crie raízes.

O peso econômico e político da violência obriga todos os homens de bem a agir conforme uma estratégia clara de movimentos e de ações, reafirmando sempre que o progresso só é encontrado no estado de direito.

Se a violência ganha terreno, a idéia de paz também.

Este é o momento em que todos nós ganhamos consciência da importância de lutarmos por uma cultura de paz. Acreditamos que este diálogo não pode ser interrompido.

A paz e a não-violência é interesse de todos. Da nossa geração, das futuras gerações e das gerações futuras. Estes são os nossos valores, são os valores que constroem com harmonia, um mundo de dignidade, de justiça e solidariedade, de liberdade e prosperidade. Só a cultura de paz torna possível o desenvolvimento humano.

O ano 2000 é o Ano Internacional por uma Cultura de Paz. O "Manifesto 2000 Por uma Cultura de Paz e Não-Violência", escrito em Paris por um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, durante a comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, teve a imediata adesão de líderes intelectuais da humanidade como Adolfo Perez Esquivel, Dalai Lama, Mikhail Gorbachev, Nelson Mandela, Shimon Peres, Jose Ramos Horta, Desmond Tutu e Carlos Felipo Ximenes Belo.

O Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência traz fundamentos essenciais ao indivíduo. Não se trata de uma petição endereçada às autoridades constituídas. Convoca cada ser humano a colocar em prática os valores essenciais que fazem a cultura de paz, de não-violência, de tolerância, de diálogo, de reconciliação, de justiça e de solidariedade em suas ações cotidianas.

O Ano 2000 pode ser um novo marco na história da humanidade. Basta para isto que cada um:

RESPEITE A VIDA, sem discriminar nem prejudicar ninguém;

REJEITE A VIOLÊNCIA, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;

Seja **GENEROSO**, compartilhando o seu tempo e seus recursos materiais, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;

Aprenda a **OUVIR PARA COMPREENDER** e defenda a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência ou ao rechaço ao próximo;

PRESERVE O PLANETA, promovendo o consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;

Seja **SOLIDÁRIO**, contribuindo para o desenvolvimento de sua comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade. Que todos pensem e vivam com esses bons mandamentos no coração,

Muito obrigado

A GRATUIDADE DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO

25.11.99

Plenário da ALEC

As estimativas do UNICEF – o Fundo das Nações Unidas para a Infância – são de que nascem anualmente no mundo 140 milhões de bebês. Um terço deles, (cerca de 46 milhões de crianças), fica sem inscrição legal por falta de certidão de nascimento. Muitas destas crianças não podem ser vacinadas ou escolarizada por falta de registro.

Na Ásia, o maior continente do mundo, a cada ano nada menos do que 24 milhões de nascidos são “clandestinos”. Na Europa, o número chega a 200 mil por ano. As dificuldades para registro são reais no caso de partos ocorridos fora dos hospitais em zonas rurais afastadas das zonas urbanas. É o caso de mais da metade de partos na África e na Ásia e este número aumenta entre os ciganos e refugiados.

No Brasil existem hoje um milhão de “clandestinos”. Estas pessoas não têm existência legal no país. Os números são do IBGE. O Nordeste tem o maior índice de nascidos sem certidão. São seiscentos mil nordestinos. Pela ordem aparecem depois o Norte, Sudeste, Centro-Oeste e o Sul. Volta e meia a imprensa do Ceará aborda o assunto, notadamente, o Diário do Nordeste, O POVO, Tribuna do Ceará e O Estado.

Segundo o jornal O Estado de São Paulo, o Maranhão é o grande recordista brasileiro da clandestinidade: 81,96 por cento dos maranhenses não têm registro. No Piauí são 72 por cento da população e o Ceará tem 52 por cento de seus habitantes sem certidão de nascimento, segundo ainda o Estadão. No interior do Ceará, a situação é mais preocupante. Os pais só procuram providenciar o registro quando a criança vai para a escola. Alguns, já adultos, preferem se amaziar com a namorada a tirar a certidão para casar.

Isto é inadmissível num país sério às vésperas de entrarmos no ano 2000. Estas pessoas nascem e morrem sem que sejam cidadãs.

Segundo a ouvidora-geral do Estado do Ceará, doutora Socorro França, em quinze meses a Ouvidoria forneceu gratuitamente 165.237 certidões de nascimento.

No Brasil, a melhor situação é a do Estado de São Paulo, que apresenta o maior índice de pessoas com registro: 94,34 por cento. Isto, no entanto, não nos anima porque tem sido muito lento o processo de regularização da situação das crianças e adolescentes brasileiros neste tocante. Não resta dúvida de que precisamos de uma ação mais efetiva.

Na última quarta-feira, nesta Casa, o deputado Edvar Ximenes levantou a questão, citando, inclusive, a nova campanha iniciada este mês pelo Ministério da Saúde.

A campanha do Governo Federal irá até o próximo dia 15, mas o trabalho de registrar todas as crianças brasileiras irá até novembro do próximo ano. É preciso que nos engajemos em mais este movimento de cidadania. A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que tem procurado atender os mais amplos anseios da sociedade, não pode se furtar, neste momento, de participar de mais este movimento.

A Lei Federal de número 9.534, sancionada em dezembro de 1997 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, assegura que toda primeira certidão de nascimento e o atestado de óbito serão fornecidos gratuitamente pelos cartórios de registro civil. Um ano antes, em 1996, houve uma campanha nacional pelo registro. O então corregedor do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Carlos Facundo, tomou a frente do elogiável movimento que teve como lema “Registro civil, questão de cidadania”. Naquela época, duzentos mil cearenses foram registrados. Este número, no entanto, não foi o suficiente.

Fazendo uma retrospectiva da questão, lembramos que em março de 1998 os proprietários de cartórios cearenses conseguiram uma liminar e no Ceará a Lei deixou de valer. Um mês depois, o Supremo Tribunal Federal derrubou a liminar com base no Artigo 5º da Constituição Federal, que garante o registro aos reconhecidamente pobres na forma da Lei.

No Ceará são cerca de 300 cartórios. Eles alegam que exercem atividades privadas e não públicas e exigiram que o tesouro estadual financiasse os registros. Então, o Estado do Ceará, através da Secretaria de Ação Social e da Ouvidoria-Geral, passou a financiar o fornecimento dos registros civis para que cearenses deixassem a “clandestinidade”.

No entanto, os recursos estaduais já não suportavam mais cobrir as despesas. A Procuradoria Geral do Estado entendeu que os próprios cartórios devem cumprir com a Constituição Federal fornecendo as certidões gratuitamente. Acionado, o Supremo Tribunal Federal também achou que os cartórios devem fornecer as certidões de graça.

Fizemos este relato inicial justamente para mostrarmos a gravidade do problema. É claro que a situação atual sacrifica os pequenos cartórios e não queremos que eles fechem, principalmente os que estão instalados nos mais distantes municípios deste Ceará.

Mas também não podemos esquecer que há cerca de três milhões de cearenses “clandestinos”. O que fazer, então?

Queremos deixar claro que esta nossa preocupação não tem qualquer relação com eleições, mesmo porque elas serão realizadas somente no próximo ano. Nossa preocupação é, efetivamente, de valorização cidadã e de elevar a auto-estima das pessoas mais necessitadas e marginalizadas. Queremos dar um dos mais elementares direitos do cidadão: a existência.

Convocamos, neste momento, as comissões de Defesa do Consumidor, Defesa Social e Direitos Humanos para que

elaborem um plano e, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, engajem-se neste digno movimento de cidadania.

Muito obrigado.

ÁGUAS DO CEARÁ – PROPOSTAS E REALIZAÇÕES

26.11.99

Plenário da ALEC

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará tem a satisfação de dar continuidade ao ciclo de debates UTOPIA XXI – O Estado e a Sociedade que Queremos. Voltamos a discutir o programa na vertente Circuito Universitário em parceria com as universidades cearenses.

Não é a primeira vez que nós, deputados estaduais, deixamos o Plenário 13 de Maio para discutirmos assuntos regionais e nacionais de relevância com a comunidade universitária. No dia 26 de maio passado estivemos no Auditório Castelo Branco abordando o tema “A Formação de Líderes para uma Sociedade Sustentável”.

No dia seguinte estivemos no auditório central do Campus do Itaperi, da UECE, discutindo “A Globalização e o Poder Local”.

Paralelamente, estamos desenvolvendo um outro programa que também fortalece este indispensável processo de interação entre o Poder Legislativo e os diferentes segmentos da sociedade. É o Programa Conhecendo o Parlamento.

Sobre o Programa UTOPIA XXI estamos aqui, Legislativo e UFC, promovendo esta manhã de reflexão sobre um tema igualmente relevante e decisivo para a vida de todos os nordestinos: Águas do Ceará, Propostas e Realizações.

Para tratar desta questão, convidamos especialistas e representantes do Estado e da sociedade para, com base nos erros e acertos do passado, discutirmos o presente e olharmos para o futuro. Temos, a partir deste momento, que nos aprofundar ainda mais no assunto para uma ação concreta.

Desejamos ao final destes debates termos conseguido construir consenso em torno de propostas capazes de resolver de forma definitiva o secular problema de convivência do homem nordestino com a seca. Temos que encontrar alternativas viáveis, culturais, econômicas e sociais para que o cearense, principalmente, possa ter uma vida digna e de qualidade.

Ao longo da história, vários estudos foram realizados, propostas apresentadas, programas e projetos lançados. Mas o que prevaleceu foram apenas discursos, a falta de continuidade e de ações estratégicas capazes de resolver a problemática que estamos discutindo.

O problema é grave em todo o mundo. E as perspectivas não são nada alvissareiras. Só para citar alguns exemplos, vejam os senhores:

- Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, 90 por cento da água utilizada é devolvida à natureza sem tratamento, contribuindo para a poluição dos rios, lagoas e lençóis subterrâneos;

- O consumo da água foi multiplicado por seis nesse século e a população mundial triplicou. MOTIVO: 70% da água consumida no planeta hoje é para a irrigação;

- No Nordeste brasileiro, a cada dez anos apenas quatro são de bom inverno. Como dizia Euclides da Cunha, “essa eterna e monótona novidade chamada seca a cada período se repete”, trazendo seus efeitos maléficos para toda uma sociedade.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, de 1.655 municípios nordestinos apenas 19 por cento não foram considerados em situação crítica no ano passado. Para amenizar o sofrimento de 9,6 milhões de nordestinos que vivem na zona rural foram implementadas, mais uma vez, medidas necessárias, porém paliativas, como frentes de

serviços e distribuição de cestas básicas e água de origem duvidosa através de carros-pipa.

Estima-se que foram gastos com estas atividades mais de 1,8 bilhão somente no ano de 1998. Estes gastos não evitaram que a riqueza nordestina medida pelo PIB calculado pela Sudene fosse reduzida em 4,5 por cento, o que correspondente a aproximadamente 6,7 bilhões de reais.

Este valor, para que os senhores tenham uma idéia, daria para executar três projetos de transposição de águas do Rio São Francisco.

Dos 184 municípios do Ceará, 181 apresentaram situação crítica no ano passado, o que corresponde a uma população de 1,3 milhões de cearenses atingidos pela seca. Centenas de frentes de serviço foram abertas, cestas básicas foram distribuídas e, mais uma vez, carros-pipa foram utilizados para distribuir água.

Este tem sido o retrato ao longo da história nordestina.

Alterar esta situação do Nordeste como região-problema, tornando-a num Nordeste de oportunidades, passa, necessariamente, por ações conjuntas Governo-Sociedade e a substituição de ações emergenciais por políticas estratégicas constantes e complementares, objetivando o desenvolvimento integrado da região como um todo e como parte efetiva da Federação brasileira.

Dentre estas ações estruturantes e estratégicas não se pode deixar de reconhecer a secular proposta que vem sendo debatida há 182 anos: o aproveitamento integrado das águas do semi-árido mediante a derivação de uma parte ínfima das águas do rio São Francisco para os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Sabemos que o projeto de transposição não significa a resolução de todos os problemas do semi-árido nordestino, mas

estamos cientes de ser uma iniciativa indispensável na superação da escassez de água, um dos principais fatores do atraso, da pobreza e do baixo desenvolvimento humano em nossa região.

Ao contrário do que alguns pensam, estudos mostram a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social da transposição. Não podemos esquecer que a água não é somente um bem econômico. A água deve ser encarada como uma prioridade para o consumo humano, independente de seu status social.

Encerrando, queremos conclamar todos os presentes para transformar as nossas utopias em realidade; as nossas propostas em ações, objetivando tornar os nordestinos mais resistentes na convivência com a seca através do progresso cultural, econômico, social, político e ambiental.

Resolver o problema da água no Nordeste não é uma questão de natureza estritamente econômica. É uma questão de vida. Como todos sabemos, água é vida.

Muito obrigado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E O MOVIMENTO MUNDIAL PELA PAZ

15.12.99

Plenário da ALEC

Preocupada com a situação, a Assembléia das Nações Unidas proclamou o ano dois mil como o Ano Internacional por uma Cultura de Paz. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO - é a responsável por todas as atividades a serem desenvolvidas nos próximos meses.

A UNESCO quer criar um senso de responsabilidade social. Para isto, um grupo de prêmios Nobel da Paz, reunido, em Paris, redigiu “Manifesto 2000 - por uma cultura de paz e não violência, que tem como meta a coleta de 100 milhões de assinaturas a serem apresentadas à Assembléia Geral das Nações Unidas em sua reunião da virada do milênio em setembro do próximo ano.

Para que as senhoras e senhores tenham idéia da importância deste movimento, elaboraram a redação do Manifesto reconhecidos defensores da paz, como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela.

Eles acreditam que é responsabilidade de cada um de nós colocar em prática os valores, as atitudes e comportamentos. que inspirem uma cultura de paz. Todos podemos contribuir para o alcance deste objetivo nas nossas famílias, bairros, comunidades, cidades e regiões ao promovermos a não-violência.

Vamos lutar pela tolerância, pelo diálogo, pela justiça, pela reconciliação, pela solidariedade, em atitudes no dia-a-dia, ou seja, vamos praticar no nosso cotidiano o amor ao próximo.

Também preocupada com a onda de violência, a Assembléia Legislativa do Ceará está atenta para a questão. Prova maior são as proposições apresentadas sobre o assunto somente este ano pelos deputados Vasques Landim, Sineval Roque, Patrícia Gomes, Fernando Hugo, Paulo Afonso, Antônio Granja, Gorete Pereira, Pastor Heriberto, João Alfredo, Artur Bruno, Ilário Marques e Chico Lopes. Tudo detalhadamente discutido por todos os senhores, tanto nas comissões técnicas como no plenário desta Casa.

Aglutinando diferentes esforços e vontades, propomos neste momento a este plenário a adesão ao “Manifesto 2000 - por uma cultura de paz e não-violência”. Seríamos o primeiro parlamento estadual brasileiro a formalizar esta adesão. Com uma decisão positiva deste plenário enviaremos imediatamente ofício ao representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthen.

A adesão do Ceará ao Manifesto não será meramente simbólica. O nosso desafio é coletarmos 500 mil assinaturas, que correspondem a meio por cento da meta mundial estabelecida pela ONU. Para que possamos concretizar esta meta, os senhores vão receber cópia do manifesto e do formulário de adesão para que possam multiplicá-los junto aos mais diferentes segmentos da sociedade cearense.

Ainda este ano, concluindo um período de produtivos trabalhos legislativos, pretendemos fazer neste plenário o lançamento da campanha pela cultura da paz e não violência com a presença do representante da UNESCO no Brasil.

O ano 2000 precisa ser um grande começo para todos nós. Juntos, nós, deputados, e os órgãos governamentais e não governamentais, as igrejas, corporações civis e militares, prefeituras e câmaras municipais, a imprensa, lions, rotarys, entidades esportivas, movimentos comunitários, classes empresariais e de trabalhadores, de educação e da saúde,

podemos transformar a cultura da guerra, da insegurança coletiva e do desrespeito ao ser humano.

Temos que transformar a guerra numa cultura de paz e não violência. Contamos com a participação de todos. Entendemos que estaremos contribuindo para que as gerações futuras construam um mundo que tenha como base a dignidade, a justiça, a solidariedade, a liberdade e a prosperidade.

Portanto, companheiros, o desafio está posto.

O PARLAMENTO E A VISÃO DA JUVENTUDE CEARENSE

15.12.99

Plenário da ALEC

O Concurso Literário foi lançado no dia 16 de setembro e foi realizado em apenas 58 dias úteis. Apesar do curto espaço de tempo, inscreveram-se 8 mil 563 estudantes. Um número significativo que superou a todas as expectativas, inclusive, com a participação de estudantes dos mais longínquos distritos e localidades do nosso Ceará.

A Democracia ainda é a melhor forma possível de governo que possibilita a luta pelo bem-estar social e liberdade política do homem.

As decisões tomadas nos dias de hoje não se aplicam apenas ao poder do Estado. Os cidadãos também tomam decisões, pois a política é feita pela participação de governantes e governados na busca do bem comum.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará tem sido, desde a sua concepção, mais que um fórum de concentração política, um espaço de intercâmbio e integração do povo que nasceu, vive ou ama o Ceará.

Nossa Constituição estabelece como nosso propósito essencial o de afiançar a integração do povo para que o Ceará possa se prevenir das causas de futuras dificuldades.

Nosso papel está sendo cumprido e tudo fazemos para que, por meio desta Assembléia Legislativa, o Ceará sempre alcance a solução consensual e pacífica em torno de controvérsias que possam surgir entre os cearenses.

O novo entorno desta Casa é marcado pelo fortalecimento da participação e pela abertura de novos espaços

com a finalidade de construir iniciativas de cooperação e de fomento à confiança entre o nosso povo.

O primeiro passo neste sentido se constituiu na criação do Programa Conhecendo o Parlamento, com o objetivo preciso de institucionalizar o intercâmbio de idéias e informação para que a juventude pudesse conhecer e participar das atividades parlamentares.

O Concurso Literário faz parte do programa acima citado, que é composto de quatro projetos: A Escola no Parlamento; O Jovem e o Parlamento; A Comunidade e o Legislativo; e a Universidade e o Legislativo.

O Concurso Literário foi lançado no dia 16 de setembro e foi realizado em apenas 58 dias úteis. Apesar do curto espaço de tempo, inscreveram-se 8 mil 563 estudantes. Um número significativo que superou todas as expectativas, inclusive, com a participação de estudantes dos mais longínquos distritos e localidades do nosso Ceará.

Este Concurso mobilizou todo o Estado. Foram distribuídas fitas de vídeo, fitas-cassete, cartazes, folders, cartilhas, comunicados, além de inserções na mídia, enfim, tudo o que exige uma grande promoção.

Temos certeza que este Concurso Literário foi a maior pesquisa de opinião pública qualitativa já feita sobre um parlamento estadual no Brasil. O resultado desta pesquisa é uma verdadeira aula de educação cívica e política que contribui para o fortalecimento da Democracia e para orientar as atuais e futuras mudanças que estão sendo implementadas por este Parlamento.

Toda a informação reunida por este concurso enriquece as instituições e os corpos discentes e docentes. Vamos mais além: enriquece, principalmente, esta Casa. Com estes subsídios, estaremos mais fortes para enfrentarmos os desafios do futuro e o estabelecimento de medidas capazes de dar

continuidade ao processo de mediação entre o parlamento e a sociedade que iniciamos com tanto sucesso, apoio e reconhecimento.

Sem a pretensão de nos constituirmos como modelo para as demais casas legislativas no Brasil, devemos reconhecer que a Assembléia Legislativa do Ceará tem praticado a democracia plena e se transformado num centro de estímulo à cidadania. Aqui procuramos pautar os diversos problemas da sociedade e nos empenharmos em buscar soluções.

Desde o início do Programa Conhecendo o Parlamento, esta Casa tem uma preocupação constante com os temas relacionados com a formação política da juventude e com participação ativa da sociedade nos destinos de nosso Estado. Ao optarmos por esta prioridade, estabelecemos uma ponte com os diferentes segmentos da sociedade, tornando a Assembléia Legislativa cada vez mais capaz de articular e coordenar sugestões e idéias na busca de alternativas para as questões enfrentadas pela sociedade cearense.

Queremos registrar que a nossa integração foi completa. Estamos dentro de um processo que procura aumentar a confiança da sociedade no parlamento estadual através de projetos desta natureza. Isto nos converteu numa pedra angular e de base para todas as iniciativas que objetivam o desenvolvimento político e sócio-econômico do Ceará.

Por fim, queremos, de coração, agradecer a todos que direta ou indiretamente acreditaram neste projeto. Tenham a certeza que contribuíram para o fortalecimento da Democracia. Queremos agradecer também aos estudantes, professores, coordenadores e diretores das escolas; aos patrocinadores; aos servidores desta Casa e colaboradores e a todos que fazem a Secretaria de Educação do Estado. A todos, o nosso muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2001 – 2002

Dep. Wellington Landim
Presidente

Dep. Vasques Landim
1º Vice - Presidente

Dep. José Sarto
2º Vice - Presidente

Dep. Marcos Cals
1º Secretário

Dep. Giovanni Sampaio
2º Secretário

Dep. Eudoro Santana
3º Secretário

Dep. Domingos Filho
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Alberto Teixeira

Montagem e Impressão: Gráfica do INESP
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 277-2915
Fax: (0xx85) 277-2914



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br